

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação
de fonte conforme abaixo.

FIGUEIREDO, Guilherme. *Guilherme Figueiredo (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC

GUILHERME FIGUEIREDO
(depoimento, 1977)

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: temática

Entrevistador (es): Rosa Maria Barbosa de Araújo e Lucia Lahmeyer Lobo

Texto: Reinaldo Roels Júnior

Índice onomástico: Nara Margareth A. de Brito

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Data: janeiro de 1977

Páginas: 51

SUMÁRIO

1ª Entrevista: origens familiares de Euclides de Figueiredo; parentesco com famílias do Rio Grande do Sul; educação de Euclides de Figueiredo: Colégio Militar; socialização: o positivismo da Escola Militar; curso na Alemanha; formação civilista; a Liga de Defesa Nacional; reformulação do Exército; recrutamento militar; Euclides de Figueiredo e o tenentismo em 1922; participação na política riograndense: o Tratado de Pedras Altas; os líderes gaúchos e a Revolução de 1930; a Revolução Constitucionalista de 1932: Euclides de Figueiredo e os conspiradores no Rio de Janeiro; a ida para São Paulo; Leopoldo de Figueiredo na Revolução Constitucionalista; o caráter civilizado das conspirações pré-Estado Novo; filiação política de Leopoldo de Figueiredo; papel de São Paulo frente ao país e à Revolução; a hegemonia paulista e os problemas nacionais: o Nordeste; Brasília; divergências entre Leopoldo e Euclides de Figueiredo quanto à visão política; disputas entre o PRP e o PD durante a Revolução; o isolamento de São Paulo: incapacidade de manter o apoio dos demais estados e da elite política nacional; Góis Monteiro e a Revolução; o fracasso da Revolução; transformação da indústria paulista em função das necessidades bélicas; compra de armamentos nos Estados Unidos; adesão de Klinger a Getúlio e retirada dos revolucionários para o sul: prisão de Euclides de Figueiredo em Santa Catarina; o tratamento civilizado dos adversários antes de Filinto Müller: a instituição da tortura em 1935; Euclides de Figueiredo no exílio: Portugal, França, Inglaterra e Argentina; conspiração no exílio sob a liderança de Euclides de Figueiredo; contatos com conspiradores no país; Ademar de Barros e a conspiração; interesses políticos de PRP e do PD; diferenças entre civis e militares durante a Revolução Constitucionalista; conspirações contra Getúlio: o Estado Novo e a prisão de Euclides de Figueiredo; o movimento de 1935; Antonio Bento Monteiro Tourinho (PC); prisão de Euclides de Figueiredo na Casa de Detenção; transferência para a Fortaleza de Santa Cruz; companheiros de prisão; contato entre Guilherme de Figueiredo e Luís Carlos Prestes; Euclides de Figueiredo e Luís Carlos Prestes; o exílio de Euclides na Argentina e a conspiração: tendências civis e militares; ligações entre Euclides de Figueiredo e líderes gaúchos; disputas pela liderança da conspiração; rompimento entre Euclides e Julio de Mesquita; ligações entre Guilherme de Figueiredo e Paulo Duarte; Euclides no Rio em 1934; prisão em 1937, antes do golpe do Estado Novo, e contatos com os integralistas; Fournier e o *putsch* de 1938; envolvimento de Euclides; período de incomunicabilidade; julgamento pela Lei de Segurança Nacional; transferência da Casa de Detenção para a Fortaleza de Santa Cruz; liberdade condicional; atividades jornalísticas de Euclides na prisão; apresentação ao voluntariado; situação civil de Euclides por ter sido sentenciado pela Lei de Segurança Nacional; eleição para a Constituinte de 1946, pela UDN; o coronel Palimércio Rezende; a ação de Góis Monteiro sobre os militares; politização do Exército e penetração nas atividades civis; o Clube 3 de Outubro; o elitismo dos políticos paulistas; apoio operário à Revolução Constitucionalista; a popularidade da Revolução; Santos Dumont e a Revolução; recursos de São Paulo para resistir ao governo federal; conseqüências do recuo de Flores da Cunha; o general Tasso Fragoso e sua recusa em atacar São Paulo; a deputação de Euclides de Figueiredo pela UDN; atuação sobre a legislação militar; ataque à Polícia Especial de Getúlio; os integralistas em 1938; a despolitização e conseqüente tendência à burocratização da geração de Guilherme de Figueiredo.....

R.A. – Primeiramente, nós gostaríamos de saber sobre a origem e a formação de seu pai.

G.F. – Meu pai é de uma família do Rio Grande do Sul. Diz uma lenda portuguesa da Idade Média que uns portugueses de uma pequena localidade expulsaram com golpes de ramo de figueira uns árabes que estavam tentando agarrar umas moças. E então, o nobre do local deu-lhes o título, o nome, de Figueiredo. Isso é meio conversa fiada mas, em todo caso, há uma porção de Figueiredos que... Desligue, por favor.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

G.F. – Bem; sabe-se que, em diversas épocas, vários Figueiredos vieram de Portugal, dessa aldeia chamada Figueiredo, para o Brasil. Uns ficaram no Nordeste; outros, em Minas; e outros, no Rio Grande do Sul. Os do Rio Grande do Sul eram Figueiredo Moreira e Figueiredo Oliveira. Sabe-se que eram aparentados à família de João Neves da Fontoura, dos Andrade Neves e também do Duque de Caxias, parentela que se compreende perfeitamente, porque quase todos eram homens de cavalo, homens gaúchos, e quase todos militares de cavalaria.

Meu avô não era militar; ele era funcionário do Tesouro. Quando veio a Guerra do Paraguai, ele foi para a guerra e lá organizou os serviços de intendência, os serviços de almoxarifado. Ele voltou com o título de coronel. Morreu e meu pai tinha então seis anos. Tinha sido criado depois da guerra do Paraguai o Colégio Militar, para os órfãos dos combatentes.

R.A. – Em Porto Alegre?

G.F. – Não; aqui no Rio. Meu pai era aqui do Rio, e nasceu no Morro de São Januário, onde é hoje o Observatório. Quem tomou conta dele, como órfão, foi a irmã mais velha, que cozinhava para fora. Ela fazia marmitas, e ele era quem as entregava.

Meu pai entrou para o Colégio Militar aos dez anos. Como órfão, fez o curso do Colégio Militar e, naturalmente, como todo menino pobre que faz o curso do Colégio, foi bater na Escola Militar. Lá ele teve sua primeira experiência revolucionária, quando tomou parte da chamada Revolta da Vacina Obrigatória. Vocês sabem, foi uma revolta

resultante do princípio da inviolabilidade do domicílio, incluído na Constituição republicana. A criação de uma vacina contra a febre amarela e a inspeção das casas determinada pelas autoridades de higiene, que tinham à frente Osvaldo Cruz, fez com que os cadetes – quase todos positivistas e, que portanto, apoiavam a Constituição republicana, também positivista -, se revoltassem contra o que achavam ser uma violação de domicílio: os mata-mosquitos que entravam nas casas, etc. Eles fizeram essa revolta, foram todos expulsos e foram anistiados um ano depois.

Naquela época, os melhores alunos iam fazer um curso de aperfeiçoamento na Alemanha. (Isso era antes da Primeira Guerra.) Meu pai terminou o curso e, uma vez terminado, foi para a Alemanha. Ele voltou em 1912, e, em 1913, casou-se com minha mãe, que ele já conhecia, porque as duas famílias eram aparentadas. Meu pai conheceu minha mãe através de um cunhado seu, o marechal Luís Antônio de Medeiros, que morava na Rua São Clemente, 127. Guardei bem isso, porque conheci esse homem, freqüentei muito sua casa quando eu era pequeno e, da casa dele, assisti ao enterro de Rui Barbosa, que saía da casa em frente.

Pois bem; a formação positivista de meu pai e certos princípios adquiridos nos seus estudos na Europa fizeram com que ele voltasse de lá muito antimilitarista, vamos dizer assim. Ele foi contra a candidatura Hermes da Fonseca. Ele era dos chamados civilistas, apoiava Rui Barbosa e, como civilista, foi sempre marcado pelo Exército na época.

Quando esses rapazes voltaram da missão na Alemanha, eles reformaram o Exército, que era muito antiquado, por diversos motivos. Era um exército de velhos sargentões que chegavam a general. Eles – meu pai, o Klinger, o Aranha, o Genseric de Vasconcelos, todos os que tinham vindo da Alemanha -, deram uma certa organização. Criaram até mesmo uma sociedade, a Liga de Defesa Nacional, que tinha uma revista. Essa Liga da Defesa Nacional e a revista é que, com Olavo Bilac, vieram durante a Guerra a promover o recrutamento militar e a criação das circunscrições de recrutamento.

Meu pai fazia tudo isso, mas sempre achando-se um civilista. Por isso mesmo, quando os cadetes da Escola Militar, os militares, se revoltaram em 1922, ele foi contra. Ele foi contra e, como ex-instrutor da Escola Militar e capitão, comandou o esquadrão que entrou na Escola e prendeu os alunos revoltados. Mas prendeu porque eram todos alunos dele e de quem ele gostava, entre eles o marechal Denis, que era oficial-de-dia e

que veio entregar o revólver ao papai. O papai disse: “Ah! deixa de bobagem. Senta aí e vamos almoçar”. Pois era assim, não é? [risos]

Depois ele foi servir no gabinete do Setembrino de Carvalho e então, no Rio Grande do Sul, como emissário do Setembrino, tomou parte no chamado Tratado de Pedras Altas, isto é, a assinatura de uma paz entre o Borges de Medeiros e o Assis Brasil. Foi meu pai quem negociou essa paz. Existe uma fotografia, tirada na hora: o Borges de Medeiros está assinando, e meu pai está ao lado, fardado, entregando. Resultou disso que ele ficou muito amigo de todos aqueles gaúchos de um lado e de outro que tomaram parte na Revolução, até o Tratado de Pedras Altas. Esses gaúchos eram Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, o João Neves da Fontoura, vários daqueles chefes, líderes gaúchos.

Quando meu pai foi para o Rio Grande do Sul, em 1929, comandar a 2ª Divisão de Cavalaria em Alegrete, esses amigos dele acreditavam que, por amizade, ele tomaria parte na revolução que se preparava, a Revolução de 30. Chegaram a convidá-lo e ele se recusou. Em Alegrete, ele morava numa casa que pertencia a Osvaldo Aranha e que ele alugava. E eu me lembro de que em menino, com meus 12 anos, uma vez eu entrei na sala e minha mãe disse: “Olhe, não vá lá ao escritório de seu pai porque ele agora está recebendo Osvaldo Aranha”. Eu olhei e o Osvaldo Aranha era um mocinho, com um cigarro pendurado assim, no canto da boca. Foi a primeira vez que eu vi o Osvaldo Aranha.

R.A. – E por que ele não quis participar da Revolução?

G.F. – Ele não quis participar porque achava (e nisto ele tinha uma enorme razão) que, à medida que os militares fossem participando de revoluções, também iriam começar a participar das coisas políticas e acabariam tomando o lugar dos políticos. O que ele achava em 1929 é o que está acontecendo hoje. Os militares hoje é que tomam conta dos lugares políticos, dos lugares administrativos e, pior do que isso, dos próprios lugares pura e simplesmente comerciais, industriais, etc.

Meu pai achava que o Exército devia ficar fora da política. O curioso é que, agora, a gente está sabendo que há uma grande parte desses militares que estão defendendo essa idéia de largar tudo, e que o Exército e as classes armadas sejam...

R.A. – Voltem à caserna.

G.F. – Sim; voltem à caserna e fiquem como um poder moderador. E isso é que deve ser. No fundo, meu pai tinha razão. Hoje é fácil a gente dizer: “Ele tinha razão”, mas já naquela época ele achava que era assim.

R.A. – Como ele colocava o papel dos militares? Para ele, o que deveria o Exército fazer?

G.F. – Ele dizia: “Militar é na caserna, defendendo a Constituição”. Ele achava que a Constituição de 1891 era boa e podia ser reformada. Se a Constituição americana, que é tão mais antiga, continua vigente, por que não a de 1891? O que era preciso era limitar o poder do Executivo, que caía sempre nas mãos dos chefes. O que era preciso era corrigir eleitoralmente a escolha sobretudo dos homens políticos do Executivo. Quer dizer, era um problema de eleição.

Realmente a Revolução de 30 conseguiu mudar completamente o sistema eleitoral brasileiro, mas o Getúlio, para se firmar, cada vez mais se apoiava nos militares. Então, cada vez mais, fornecia poder aos militares. Chegou uma hora em que os militares acharam que eles próprios podiam ter o poder, sozinhos. Foram eles que criaram, então, uma maneira de aprender coisas rapidamente com os civis: criaram a Escola Superior de Guerra que, cá para nós (faz de conta que não está sendo gravado) é uma espécie de *Reader's Digest* da cultura brasileira. [risos] Chamam o indivíduo para fazer conferências e depois eles se acreditam sabedores do que aquele indivíduo sabe. Isso é muito perigoso porque cria pessoas que se acreditam informadas numa porção de assuntos cuja informação só pode ser aprendida numa vida toda e não só numa conferência. Isso, eu digo calmamente; meus irmãos todos serviram na Escola Superior de Guerra, um deles agora é instrutor lá e todos eles foram muito bons lá dentro, etc., mas é uma coisa que...

Veja você; a prova de que a Escola Superior de Guerra, além de tudo, tem uma concepção que já não é mais certa é que ela se chama de Guerra. Enquanto o Ministério da Guerra não é mais da Guerra, é do Exército... Ora, uma escola de estudos superiores que deseja estudar problemas brasileiros não precisa se chamar de Guerra. Ao contrário, ela devia se chamar de Paz, não? Isso, a gente não pode dizer muito em voz alta, mas como eu sei que você vai botar isso no arquivo... [risos]

R.A. – E, dentro desse espírito legalista, a quem o general Euclides apoiou, na eleição de 30?

G.F. – Na eleição de 30 ele não apoiou ninguém. Ele achava que o Exército não devia apoiar coisa nenhuma.

R.A. – Não; não na Revolução, mas na eleição do Júlio Prestes.

G.F. – Não; ele dizia: “O Exército não tem que apoiar, nem Júlio Prestes, nem Getúlio. O Exército tem que apoiar o vitorioso nas urnas”. E foi o que ele fez.

Agora, como Getúlio e os seus partidários fizeram uma revolução da qual ele não quis participar, meu pai foi preso, com vários outros, na cidade de Santana do Livramento. E foi preso de uma maneira muito curiosa. O Osvaldo Aranha telefonou para ele, de Porto Alegre, e perguntou onde é que meu pai estaria no dia 3 de outubro. E ele disse: “Vou inspecionar as tropas e vou a Santana”. O Osvaldo disse: “O Góis Monteiro quer conversar com você e irá encontrá-lo ao meio-dia na cidade de Cacequi”. Cacequi, uma cidade, era uma espécie de entroncamento de linhas de estradas de ferro, onde todo o mundo almoçava, as pessoas que iam para um lado e para o outro, que iam para Uruguaiana e que iam para Santana do Livramento.

Meu pai chegou em Cacequi, o Góis não estava lá, e ele seguiu a viagem para Santana do Livramento. O que o Osvaldo Aranha queria com isso era apenas saber onde é que ele estaria, e mandou prendê-lo. Houve um tiroteio muito grande na rua e um tenente ajudante-de-ordens dele saiu ferido. Meu pai foi preso, levou uma coronhada na cabeça, desmaiou e foi levado para um navio em Porto Alegre. Antes de chegar ao navio, quando ainda estava em terra, Osvaldo Aranha tentou falar com ele. Meu pai se recusou a falar com Osvaldo. Aí, ficou preso.

R.A. – Ele manteve algum contato com a Aliança Liberal?

G.F. – Não; ele só teve a visita do Osvaldo Aranha, convidando-o para a Revolução. Naquele tempo as revoluções eram muito elegantes. As pessoas convidavam como quem tira para dançar. E quem não queria tomar parte dizia: “Não; não quero”. E não ia correndo à Polícia para contar. Havia uma certa elegância. Ninguém contava nada,

havia uma certa discrição. Quem contava uma coisa dessas era logo tido como um deduzido.

R.A. – Mas ele tinha o direito de ter seu candidato entre o Júlio Prestes e o Getúlio.

G.F. – Ele nem votou; nem votou.

R.A. – Ele não votou?

G.F. – Não; ele achava que o militar devia ficar fora da política. Como cidadão, ele podia botar o seu voto, mas, na hora de apoiar, tinha que apoiar o vitorioso – se a vitória fosse legal – e apoiar a Constituição.

R.A. – Quer dizer que para ele tanto fazia?

G.F. – Para ele tanto fazia. Veio a Revolução, ele ficou contra a Revolução, foi preso, chegou aqui no Rio e pediu reforma ao então ministro Leite de Castro, que recebeu o requerimento dele e o chamou. Meu pai foi à casa do Leite de Castro. Eu fui com ele, ainda era garoto. O Leite de Castro, na nossa frente, despachou: “Não dou a reforma por serem necessários seus serviços à Nação, etc...” – dessas elegâncias que se faziam. Meu pai então disse a ele: “Mas eu não volto para o Exército. Eu só volto depois de conspirar e de vencer uma revolução. Foi uma revolução que me arrancou do meu lugar. Então, quero voltar através de uma revolução”. Então, ele começou a conspirar, em 1931.

Em 1932 ele foi para São Paulo, com um grupo que ele organizou. Tinha um chofer, o João Daré, um amigo dele; tinha o José Lobo, irmão da Alba; e o tenente Ribeiro da Costa, o Costinha, irmão do ministro Benjamin Ribeiro da Costa; e mais uns outros. Eles foram de automóvel.

Na mesma ocasião, eu fui de trem. O curioso é que a combinação era essa: eu ia de trem, fingindo ir passar as férias de julho em São Paulo. Ninguém se conhecia no trem. Claro, para chegar a esse trem foi uma tragédia. Na véspera, para meu pai conseguir sair daqui do Rio... Ele saiu com uma maleta e foi encontrar os outros, para tomarem o tal automóvel na Praça XV. Viu que estava sendo seguido e comprou uma passagem para Paquetá. O tira que o estava seguindo entrou na barca. Quando a barca saiu meu pai pulou, a barca foi embora e ele ganhou uma hora de viagem. (Naquele

tempo não havia radiozinho, nem nada disso, e o tira não podia fazer voltar a barca.) E lá foi ele; tomou o carro e foi embora.

Pois bem, esse mesmo tira e mais um outro de manhã cedo bateram lá em casa, às seis horas da manhã. (Eu tinha que tomar o trem às sete horas e estava pronto.) Bateram procurando meu pai e eu disse: “Vocês podem entrar. Meu pai está na fazenda, construindo um sítiozinho em Campo Grande”. Os dois disseram: “Então, nós vamos esperar aqui”. Eu joguei minha mala para o quintal do vizinho, do outro lado, peguei meu irmão mais moço (esse que hoje é general em Belém do Pará e que devia ter uns 10 anos – era do primeiro ano do Colégio Militar), e saí com ele dizendo: “Olhem, vou levar o menino ao colégio”.

Saí, larguei-o lá, dei a volta, cheguei no vizinho dos fundos e disse a ele: “Eu vim aqui buscar uma mala que joguei aí por cima. Aqui ao lado mora fulano, meu pai, e vai haver uma revolução”. O sujeito disse: “Pois não; entre”. E lá fui eu. Fui e, no trem, ninguém se conhecia. Quando o trem chegou mais ou menos em Guará, onde havia tropas que todo o mundo sabia serem favoráveis à Revolução, no carro-restaurant todo o mundo se saudou – o coronel Palimércio, o tenente Paiva e um amigo dele, chamado Chico Bóia, e assim por diante.

Chegamos a São Paulo. Fui para a casa de meu tio Leopoldo. Meu pai foi para a Rua Sergipe, 37, de onde ele saiu com alguns amigos para tomar o quartel da Chácara do Carvalho. É claro que, dentro do quartel, já havia pessoas favoráveis à Revolução. Ele entrou, o sentinela tentou prendê-lo e foi ele quem prendeu o sentinela. Os outros o agarraram e, quando ele chegou lá dentro, deu voz de prisão a quem não quisesse aderir e mandou todo o mundo para casa. Naquele tempo as revoluções eram muito elegantes. Diziam: “O senhor está preso. Fique em casa”, e o sujeito ficava mesmo; era uma questão de palavra de honra e o sujeito ficava. Miguel Costa e os oficiais favoráveis ao Getúlio foram todos para as suas casas.

R.A. – E qual era a posição de seu tio Leopoldo?

G.F. – Meu tio era comerciante. Ele era despachante da Alfândega em Santos e depois se tornou comissário e despachante de café. Ele tinha uma empresa que é hoje muito próspera, muito grande, L. Figueiredo & Cia. E ele era contra o Partido Republicano Paulista, que representava todo aquele ranço, toda aquela velharia da Primeira República, da própria organização republicana, desde que nasceu.

Ele era contra isso, e era contrário às idéias de meu pai, porque ele fez a Revolução de 30.

R.A. – Ele se filiou a algum partido?

G.F. – Ele era do Partido Democrata. Quando começaram a conspirar, eles se juntaram. O curioso é que, durante a Revolução, quando meu pai saiu de São Paulo para ir para a frente norte, ele foi também, fardado. Meu pai não tinha tempo para estar atendendo às manifestações naquelas cidadezinhas onde o trem passava, Caçapava, Cruzeiro, Lorena. Então, era meu tio Leopoldo que agradecia da janela quando o pessoal chamava pelo coronel Figueiredo. Eles eram muito parecidos.

R.A. – Seu pai conta no livro dele como começou a ter algumas informações da articulação da Revolução, através de seu tio Leopoldo. Como isso se deu? Que notícias o senhor tem disso?

G.F. – Os partidários da Revolução, isto é, aqueles que tinham feito a Revolução de 30, logo depois se aperceberam de que o propósito, pelo menos dos gaúchos de 30, era dominar o estado de São Paulo, o estado mais rico (como até hoje - mas naquele tempo a diferença era muito maior). Era o estado mais rico da Federação. Tudo se fazia em torno de São Paulo. São Paulo, em termos econômicos, dominava brutalmente o resto do Brasil. Isso era um problema; até hoje está sendo um problema, um problema de desequilíbrios econômicos que ninguém conseguiu consertar. Cada vez que se procura fazer algum movimento de conserto, acaba dando tudo errado, por diversos motivos. O principal motivo é que São Paulo não quer nunca perder a sua hegemonia. É claro, se você racionar um pouquinho...

Não peço que vocês estejam de acordo comigo, mas vejam: se a cidade de Brasília fosse situada no Nordeste, do ponto de vista sociológico e até mesmo do ponto de vista humanitário, ela seria muito maior do que nesse deserto, onde não dá uma couve-flor, não dá uma cenoura; onde tudo foi transportado de avião; onde até hoje não há uma indústria; onde até hoje não há coisa nenhuma. Brasília é uma cidade artificial. Hoje, se um líder árabe quiser, torce uma torneirinha e acaba com Brasília, liquida, negando petróleo. Brasília não tem condições de funcionar, Brasília não tem um porto fluvial, Brasília não tem estradas de ferro, não tem coisa nenhuma.

A cidade foi imaginada e construída dentro do que estabeleceu a Constituição de 1891, quer dizer, um lugar estratégico para evitar a contra-revolução monarquista, que veio logo depois, a contra-revolução do almirante Saldanha. Por causa da contra-revolução do almirante Saldanha foi que se estabeleceu que haveria um território, um distrito federal em Goiás, para ninguém poder dar tiro lá. Então, estabeleceram a transferência da capital para lá. Agora, isso era muito bonito em 1891. Mas, na época em que o presidente Juscelino Kubitschek decidiu transferir a capital para Brasília, meu Deus do Céu! Hoje, um canhão atinge Brasília daqui, não é verdade? Um míssil atinge Brasília de onde quiser, de um continente para outro. Do ponto de vista estratégico, a transferência de Brasília para aquele lugar é nula.

Agora, se tivessem feito uma Brasília no Nordeste, evidentemente o Nordeste hoje estaria mais rico e São Paulo não estaria tão rico, tão poderoso. Esse é que é o grande problema do desequilíbrio de forças.

R.A. – E, sobre a hegemonia de São Paulo e a atuação de seu tio dentro do partido, como se dava a ligação dele com seu pai?

G.F. – Bem; evidentemente, meu tio era um homem que tinha essas idéias da hegemonia de São Paulo. Ele achava que a Revolução de 30 devia ter entregue o poder estadual aos paulistas, em vez de colocar lá interventores federais, como João Alberto. Ele queria isso.

Meu pai tinha outras idéias, embora estivessem juntos. Meu pai, o que ele queria era derrubar Getúlio. O negócio dele era achar que Getúlio ia levar o Brasil a uma ditadura, e que os compromissos de Getúlio com as classes armadas levariam à corrupção política dessas classes armadas. Era essa a tese dele. Ele era um constitucionalista neste sentido: fora da Constituição é impossível fazer qualquer coisa; era o que ele achava.

L.L. – Ele não estaria mais ligado ao Partido democrático?

G.F. – Não; ele procurou não se ligar a nenhum dos dois. Tanto que, nos três meses da Revolução, havia representantes dos dois partidos dentro do seu estado-maior; havia representantes do Partido Democrático, como o Júlio de Mesquita, o Paulo Duarte, o Aureliano Leite e outros; e havia representantes do Partido Republicano, como o

Roberto Moreira, excelente homem, Coriolano Góis, o que tinha sido chefe de polícia aqui, que acabou depois aderindo ao Getúlio e até foi ministro do Supremo Tribunal Militar.

Havia esses delegados de um e de outro partido, e era um inferno! Durante a Revolução, eles disputavam cargos, como se a Revolução já estivesse vitoriosa. Eles diziam: “Quando venceremos, tal ministério vai ser para fulano; tal outro vai ser para nós; e o outro também. Não vamos dar isso”, e ficava aquela disputa em torno dos militares, que eram o Palimércio, o meu pai e outros, que estavam ali fazendo a briga mesmo. Os políticos não estavam fazendo briga, estavam fazendo fofoca em volta do... Tanto que, uma vez (foi muito engraçado), apareceu um repórter, desses assim que ainda acreditavam que a Revolução seria vitoriosa, e perguntou a meu pai: “Coronel, depois que acabar a Revolução, depois que o senhor chegar ao Rio, o que o senhor vai fazer?” E meu pai respondeu: “Eu vou fazer outra revolução”. Ele já não acreditava muito naquela; ele achava que, depois, era preciso fazer outra.

Infelizmente, não aconteceu nada disso. O que aconteceu foi que realmente São Paulo ficou sozinho, ou por falta de articulações em outros estados, ou por desconfiança de outros estados. E certos compromissos que existiam com São Paulo desapareceram no momento em que as pessoas comprometidas perceberam que não era um passeio, que tinha que brigar. O próprio Rio Grande do Sul, o próprio Flores da Cunha namorou a Revolução de 32; o próprio Góis Monteiro namorou a Revolução de 32.

R.A. – E os mineiros?

G.F. – Alguns mineiros, como os do Artur Bernardes, acompanharam a Revolução e foram presos. Mas não tinham força para se levantar e ficaram completamente impossibilitados de fazer qualquer coisa.

A grande coisa que os mineiros poderiam ter feito seria impedir que as tropas nos fossem atacar através de Três Corações, tropas que foram comandadas pelo coronel Eurico Gaspar Dutra (naquele tempo, ele era coronel), que chegou a passar um telegrama a meu pai, dizendo: “Sigo ao encontro de vossas valorosas tropas”. Meu pai mandou uns caminhões com soldados para confraternizar com ele, e os caminhões foram recebidos à bala. Ele conta isso no livro. Ano depois, quando o livro apareceu, o Dutra, que já não era mais presidente da República e que sempre manteve cordialidade com meu pai, telefonou para ele e pediu que meu pai retificasse. Meu pai disse: “Olha,

Dutra, eu não tenho nada que retificar. Quem tem que retificar é você. Eu escrevi isso. Escreva você alguma coisa dizendo que não é verdade. O máximo que posso fazer é, numa edição futura, se você me mandar uma carta, eu publicar a carta dentro do livro” – o que não aconteceu.

L.L. – E a respeito desse namoro do Góis Monteiro com a Revolução?

G.F. – Isso é uma coisa muito controversa. A pessoa que poderia dar melhor informação já não está mais viva, o coronel Otelo Franco, que naquele tempo era capitão, era do gabinete do Góis Monteiro, estava do lado de cá e fugiu para o lado de lá, garantindo que o Góis queria participar da Revolução. O Góis, como sempre, era uma pessoa que ficava espiando o lado que ia vencer. As primeiras trincheiras que ele fez cavar foram aqui perto da Vila Militar, no dia 10 de julho. Houve a Revolução e as primeiras trincheiras foram aqui.

Aconteceu que o Klinger tinha prometido vir de Mato Grosso, trazendo os seis mil homens que ele comandava. Acontece que os seis mil homens não vieram e ficaram brigando entre si porque algumas das tropas que ele comandava não aderiram à Revolução. De modo que ele veio de trem, sozinho, de Mato Grosso até São Paulo. Era uma viagem que demorava dois dias, ainda mais recebendo manifestações, aplausos e tal, e ele estava gostando um pouquinho disso. Chegou a São Paulo no dia 12. Ora, do dia 9 ao dia 12, as tropas do lado do Getúlio tiveram a oportunidade de inclusive barrar em Minas. Se meu pai tivesse avançado, depois disso, em direção ao Rio Grande do Sul, a retaguarda dele seria cortada pelas tropas de Minas, de Três Corações, e aí a Revolução não teria durado mais uma semana.

L.L. – Nesse período ele ficou com o comando da 2ª Região Militar para entregar ao Klinger...

G.F. – Pois é; ele viu que o Klinger estava demorando. Quando o Klinger chegou, ele foi embora. Mas aí não dava mais tempo de nada. Ficamos todos parados ali, em Queluz, em Cruzeiro, no túnel, à espera de que... “Não; Minas vem aí, - diziam -, o Rio Grande do Sul vem aí, o Norte vai se levantar”. Qual nada! Então, quando todo o mundo viu que a Revolução parou... Ninguém adere a uma Revolução que para.

R.A. – Mas seu pai prolongou a Revolução enquanto pôde.

G.F. – Ah! Bem, aí ele disse: “Agora a solução só pode ser política; militar, não pode mais. São Paulo não tem como fazer uma revolução sozinho e chegar ao Rio de Janeiro”. Com toda aquela indústria, que fabricava canhões e inventava matracas, inventava bazucas... Realmente, a indústria de São Paulo era incipiente, não era a indústria de hoje. Não havia siderurgia naquela época. O que havia? Era gente que fabricava coisa de ferro-gusa, malhando no ferro. E, ainda assim, fabricavam bombardas, canhões e uma porção de coisas.

L.L. – A indústria deu todo o apoio possível.

G.F. – É; um apoio que era perigoso. Veja a experiência com um desses projéteis: o negócio estourou e matou o comandante da Força Pública, aquele Marcondes Salgado, um sujeito formidável.

Uma outra experiência de que me lembro, em Guaratinguetá, foi uma experiência com um certo tipo de granadas para serem arremessadas pelos canhões 105, canhões alemães, Krupp. As granadas eram fabricadas em São Paulo. Quem deu o primeiro tiro foi o capitão Arci da Rocha Nóbrega, que depois apareceu muito naqueles livros. Dizem que era um bravo, um sujeito formidável, e era um grande atirador, um grande homem de artilharia. Ele foi experimentar o canhão e, quando o canhão deu o tiro, choveu estilhaços em cima da gente. A bala tinha arrebatado ao sair, o canhão ficou gordo assim, inchou e a bala jogou estilhaços em cima de todo o mundo. Esse Arci da Rocha Nóbrega era um grande atirador e tinha uma precisão de tiro formidável. Nos combates de Morro Verde, Morro da Pedreira... Ele era preciso. De longe, ele calculava o tiro e o tiro caía exatinho onde ele queria. Era um sujeito formidável.

L.L. – Agora, houve um problema de material bélico, não? São Paulo ficou completamente isolado, não?

G.F. – Sim; São Paulo ficou completamente isolado. Os próprios mosquetões e fuzis usados pelo Exército e pela Força Pública já eram gastos e obsoletos. Eram mais mosquetões de parada ou para fazer tiro ao alvo. Não eram mosquetões para resistir a

uma batalha, a várias batalhas. A fabricação de munição era reduzida, quase nenhuma. A fábrica de Piquete não podia fornecer munição para toda a Revolução.

L.L. – Algumas indústrias foram revertidas.

G.F. – Sim; algumas indústrias. Mas isso é muito aleatório. Tem cunhete ali dentro que não acaba mais. É preciso converter aquilo para fazer com que as balas saiam todas direitinho, e a produção em série é muito difícil.

Ainda assim foi feito. Muita coisa foi feita, o que provou pela primeira vez que a indústria de São Paulo tinha capacidade para fazer, para improvisar uma porção de coisas que, depois, vieram a ser improvisadas na paz. Várias peças industriais foram depois aplicadas na paz. A indústria de São Paulo foi a primeira, depois de 1932, a fabricar peças sobressalentes para automóveis, peças sobressalentes para aparelhos domésticos, e assim por diante; peças fáceis, simples, mas já era um indício de que era possível fabricar esse tipo de material.

L.L. – Diversificando...

G.F. – E havia esperança também de se importar alguma coisa. O professor Manuel Ferreira... Aliás, seria bom você entrevistar o Manuel Ferreira, o Maneco Ferreira. Ele é cunhado do brigadeiro Ivo Borges, que ainda está vivo; naquele tempo ele era major de aviação e voou para São Paulo, prestando serviços lá. Ele ficou com o pessoal em São Paulo.

O Maneco Ferreira foi encarregado de ir aos Estados Unidos comprar munição para a Revolução. Foi, coitado, e comprou um navio de munições. Trouxe o navio – botou até o nome no navio, o nome da mulher dele, Rute. Quando o navio chegou aqui, a Revolução já tinha acabado, prenderam o navio, o Maneco e tudo. É um grande professor, um grande sanitarista. Ele foi secretário da Saúde Pública do Estado do Rio. Foi um dos sanitaristas que fez o saneamento da Baixada Fluminense e mora aqui, na Rua Saint Romain. Vale a pena você visitá-lo. Ele está com quase 80 anos, mas uma agilidade mental... Depois se meteu no integralismo, curioso. Ivo também era um pouco participante do integralismo. Mas é um homem... Vale a pena você conversar com ele. Garanto que seu pai e sua mãe o conhecem bastante. Ele teve uma grande atuação como sanitarista, depois da Revolução de 32.

R.A. – O senhor estava nos falando que seu pai percebeu, num certo momento, que a única saída seria política.

G.F. – Pois é; seria, enfim, que os políticos de outros estados intervissem para haver uma solução de compromisso: Getúlio aceitar fazer uma Constituição, constitucionalizar o país, deixar de nomear todos aqueles interventores malucos que ele inventou, uns tenentezinhos que ele botava aqui e ali e que eram uns sujeitos completamente doidos; cada um fazia loucura por nada, as maiores loucuras, homens que não tinham nenhum senso administrativo, não tinham nada. Depois acabaram muitos deles adquirindo algum senso, mas também não adquiriram muita noção de o que fosse democracia, desgraçadamente, não é verdade? Todos nós vimos depois como é que essa gente agiu.

L.L. – Quer dizer que havia certamente a esperança de que Minas, Rio Grande do Sul...

G.F. – É; de que os políticos de Minas e Rio Grande do Sul forçassem Getúlio a uma solução de compromisso. Ele era um homem de compromissos, de modo que, se fosse levado a isso, certamente aceitaria. Mas aconteceu que ele também percebeu que estava vitorioso. E quem está vitorioso não assina compromisso.

R.A. – Mas a gente nota, através do livro de seu pai, que ele demorou bastante a aceitar ou a vislumbrar a idéia de um compromisso com Getúlio. Por exemplo, o Klinger mais cedo se conformou em fazer um compromisso. Seu pai chegou até a ir a Santa Catarina...

G.F. – Não, não; no fim da Revolução, o que houve foi que o Klinger, quando viu que estava completamente perdido, sem dizer nada a meu pai, entrou em contato com o Góis Monteiro. No fundo, para ele isso era mais fácil, porque ele tinha sido um homem da Revolução de 30. Ele chegou a ser chefe de Polícia por dois ou três dias aqui no Rio, depois de 24 de outubro de 1930. Então, ele era um homem próximo do vitorioso. Ele estava fazendo uma Revolução de princípios constitucionais, etc., mas a pele dele era muito mais fácil de salvar do que a pele de meu pai, não é verdade? Esse tipo de compromisso que ele estabeleceu com Getúlio e que também foi estabelecido pelo coronel Herculano de Carvalho, da Força Pública de São Paulo, era o compromisso de eles não serem atingidos por nenhuma penalidade rigorosa. No fundo foi uma rendição

que meu pai não aceitou. Meu pai pegou alguns amigos para fugir, porque se dizia em São Paulo (naquele tempo as comunicações eram muito ruins) que ainda havia luta no Rio Grande do Sul. Então, ele tomou uma lanchinha e tentou alcançar o sul. Quando chegou em Santa Catarina, numa praiazinha chamada Praia dos Afogados, eles desceram para comprar comida – estavam famintos e fingiram-se de pescadores. Havia entre eles um Reinaldo (não me lembro do nome todo) que tinha o apelido de Major – ele sempre teve o apelido de Major; não era apelido da Revolução não. Quando desceram na praia, um chamou o outro: “Ó, Major”. Os pescadores ouviram e saíram dali dizendo: “Ah, chegou aqui uma barquinha de pescadores em que tinha um major”. Veio logo um contingente para prender aqueles falsos pescadores. Prenderam, mas todo o mundo ficou quieto. Foram levados para Santa Catarina. Ninguém conhecia aquela gente. De repente entrou o coronel Alencourt Fonseca e reconheceu papai: “Ah! Figueiredo, se você tivesse dito que era você, eu não tinha prendido! Mas agora é tarde”. E, aí, ele estava preso mesmo.

Eles eram todos muito elegantes, mesmo quando eram adversários. Havia isso; hoje os adversários não têm elegância nenhuma. Hoje existe mesmo é tortura, existe mesmo é brutalidade. Mas, naquela época, não se fazia... O João Alberto foi chefe de Polícia naquela época e não se sabia de tortura. Depois, quando se chegou à Revolução de 35... E, da Revolução de 35 para cá, aí então... É curioso; só aí foi que o governo descobriu a tortura. Era a tortura do Filinto Müller, aquela brutalidade contra todos os participantes da Revolução de 35; brutalidade contra o Harry Berger pelo simples fato de ser um agente estrangeiro; contra a mulher do Prestes, a Olga Benário. Ela foi entregue aos nazistas para ser massacrada – isso é uma coisa tremenda!

Esse tipo de tortura foi uma instituição dessa época. A única diferença que há entre essa tortura e a de agora é a de que, a de agora, eles dizem que é científica, porque têm um negocinho de dar choque elétrico e coisas que não deixam tanto vestígio. (No fundo deixam. Todo o mundo, quando é torturado, tem vestígio mesmo. Eles não estão preocupados em machucar a estátua por dentro e conservar por fora, direitinho como ela é.) Mas a tortura nasceu nessa época. Começou na Revolução de 35. Na revolução integralista, de 38, a tortura foi brutal; era negócio de alicate nos escrotos e outras coisas; pessoas que ficaram aleijadas para sempre. Mas então essa coisa... ainda, isso foi uma... compreende, foi uma tradição que se criou e não era... O Brasil não era assim!

R.A. – Quer dizer que a prisão de seu pai em 32 foi razoavelmente tranqüila?

G.F. – Dele e de todos os oficiais. Ninguém sofreu brutalidade, nenhum vexame. O maior vexame que se sofria era a Polícia entrar dentro de casa e jogar os troços no chão, ver o que tinha, procurar coisas. Mas como essas revoluções pelo menos não eram tão ideológicas, eram revoluções meramente políticas, essa procura de coisas em casa não tinha nenhuma expressão. O coitado do imbecil, o investigador analfabeto que entrava na casa do sujeito e encontrava as obras completas de Lênin, não sabia o que era aquilo. O que ele estava procurando era uma carta do capitão fulano para o general beltrano ou vice-versa.

L.L. – Coisas mais concretas.

G.F. – Coisas mais concretas e imediatas. O tira procurava era isso. E até hoje ele não sabe encontrar porque o tira não é um intelectual da polícia. O tira não vai descobrir que eu tenho, por exemplo um livro do Plekhanov, pois ele não sabe quem foi Plekhânov. Ele pode saber hoje quem é Lênin, de tanto ouvir falar, mas Plekhanov, ele não sabe.

Aquele mesmo sujeito que seguiu o papai, o tira da barca e que depois, no dia seguinte, estava na porta de casa, ele, em 1938, era o chefe dos tiras da Casa de Correção. Ele se chamava sr. Chagas. Foi ele mesmo quem me contou: “Eu é que fui prender seu pai. Eu é que no dia seguinte estava lá. E agora estou eu, aqui”. Quando a gente chegava lá com as malas de roupas e outras coisas para entregar aos presos (doces, coisas para comer e tal), ele era encarregado de fuçar aquilo tudo. Levavam-se livros também. Era ele quem botava aquele carimbo que vocês viram ali. Por exemplo, se a gente mandava o *Vermelho e o Negro* de Stendhal, eles botavam o carimbo e mandavam de volta, “porque o *Vermelho e o Negro*, evidentemente é um livro, além de comunista, racista”. É uma coisa estranhíssima, mas ocorria.

Durante esse tempo em que meu pai esteve preso na Casa de Correção, como havia vários militares, engenheiros, etc., e como ele sempre foi dado à matemática, meu pai resolveu dar aulas de cálculo integral. Então, ele mandou buscar o *Cálculo Integral* de Granville, em francês, o livro da época, em que todo o mundo estudou. (Naquele tempo não havia nenhum livro de cálculo integral em português.) Quando o livro chegou na Casa de Correção, foi devolvido: “Não; *Cálculo Integral* é um livro integralista”. Eu disse: “Não é nada disso! Isso é livro de matemática”. Repetiram para mim: “Não; você quer ver? Olhe aqui: tem até sigma!” É lógico que tinha sigma! Mas a coisa era assim, tudo muito primário.

É claro que, quanto mais primário o homem que faz a repressão, pior a repressão, sob certo aspecto; quanto mais intelectual o homem que faz a repressão, mais requintada ela é. É mais requintada e o indivíduo tem mais respeito pelo seu adversário, não é verdade? (Pelo menos em teoria deve ser assim. Na prática, eu não sei.)

R.A. – Por quanto tempo seu pai ficou preso em 1932?

G.F. – Meu pai ficou preso o tempo de ser trazido de Santa Catarina para outro navio aqui, onde se juntou com todos os outros e foram para Portugal. Em Portugal, ele passou apenas alguns dias e foi para Paris; de Paris, foi para Londres. Era uma falta de dinheiro danada e, então, ele, o Paulo Duarte, o José Lobo e o Ivo Borges vieram – num navio que não tocava no Rio de Janeiro - para Buenos Aires.

O coronel Palimércio tinha ido a Buenos Aires, via Paraguai, atravessando São Paulo e Mato Grosso. Ele já estava em Buenos Aires quando eles chegaram e lá estavam também o coronel Taborda e outros exilados, como o João Neves, o Lindolfo Collor e o Batista Luzardo.

L.L. – Todo o pessoal do Rio Grande do Sul estava lá.

G.F. – Sim; e começaram uma nova conspiração.

L.L. – E seu pai foi escolhido o chefe da...

G.F. – Ele foi escolhido o chefe dessa conspiração. Há uma coisa muito curiosa para o que eu chamo a sua atenção. Naquele livro sobre a Revolução de 32, Hélio Silva publicou uma carta muito longa, escrita por esse coronel Benjamin Ribeiro da Costa para o coronel Palimércio. É uma carta de várias páginas em que ele diz: “Coronel, o portador que vai aí é tenente da reserva do Exército, é médico”...

[FINAL DA FITA 1-A]

G.F. – “... de confiança de todos nós e leva a vocês o plano e a análise de como está a situação para uma nova revolução”. O plano dizia: “Contamos com tal guarnição; não contamos com tal regimento. Fulano é nosso; sicrano foi falar com beltrano”. Quer dizer, dava o nome de toda a gente envolvida; quem era a favor e quem era contra; quem podia aderir, quem não podia aderir; etc., etc. E estava assinado: “Ribeiro da Costa”. A pessoa encarregada de levar isto – vocês vão ver que coisa engraçada – levou a carta. A cópia da carta que o Hélio Silva publicou no livro tem escrito assim: “Do arquivo do Sr. Getúlio Vargas”. Como é que essa carta, de dezembro de 1932, foi parar no arquivo de Getúlio Vargas? Evidentemente, alguém deu a cópia: ou quem escreveu, ou quem recebeu. Quem escreveu evidentemente não foi: era o Ribeiro da Costa e sofreria o diabo. Quem recebeu foi o Palimércio que não iria entregar. Então, foi quem levou. Sabem quem é? Está lá o nome: Ademar de Barros. Desde aquela época, Ademar de Barros já era um agente do Filinto Müller e de Getúlio. Impressionante, não é?

R.A. – É muito curioso.

G.F. – Ele depois se aproximou de nós. Nunca soubemos disso, mas eu sempre desconfiei. Ele, depois de ser interventor em São Paulo (e graças a isso), se aproximou de meu pai. E meu pai acabou defendendo o Ademar quando, depois de 1945, quiseram fazer uma intervenção contra ele, em São Paulo. Meu pai achava que não se devia fazer intervenção nenhuma: “Se nós lutamos a favor da constitucionalização, e se começam as intervenções agora, acaba tudo o que tratamos de defender”. E meu pai foi contra, do que resultou ele romper com o Julinho de Mesquita e com todo aquele grupo de *O Estado de São Paulo*, que queria a intervenção – o grupo do Partido Democrático não pensava muito em constitucionalização, não. Eles queriam era o governo de São Paulo. Toda vez que o governo de São Paulo não era entregue a um deles, ficavam indignados.

L.L. – E o PRP?

G.F. – O PRP agia de outra maneira, aderiu rapidamente. Quem quisesse aderiu logo ao Getúlio ou então ficava de fora – também havia as pessoas que não aderiam porque os outros não deixavam, e muitos deles não deixavam aderir. Mas quem quis, aderiu. Por exemplo, o Coriolano Góis que foi chefe de Polícia do Washington Luís. Veio o Getúlio, veio a Revolução de 30, e imediatamente mandou-o embora. Pois bem; anos

depois ele foi ser chefe de Polícia do Getúlio, em São Paulo, e o Getúlio depois o nomeou ministro do Supremo Tribunal Militar. Porque foi chefe de Polícia, ele foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar, com trinta ou quarenta e poucos anos de idade. E era um dos líderes do PRP. Não é uma coisa curiosa?

R.A. – Quer dizer que, para preparar a Revolução de 32, eles se uniram?

G.F. – Sim; uniram-se.

R.A. – A facção do Exército a que seu pai pertencia...

G.F. – Não; o Exército não tinha nada a ver com isso. O Exército que topou a Revolução de 1932, topou porque acreditava que devia-se reconstitucionalizar o país. Agora, os civis que estavam lá acreditavam nisso, e acreditavam mais: que, dessa reconstitucionalização, o governo de São Paulo devia sair para um deles.

R.A. – A união faz a força.

G.F. – É claro; primeiro, vamos agarrar o bolo e, depois, vamos dividi-lo.

L.L. – Havia aspectos regionais e nacionais.

G.F. – Sim; no fundo, atrás do programa de reconstitucionalização, que era de boa fé, havia os interesses políticos da hegemonia de São Paulo, como existem até hoje.

R.A. – Para articular o movimento, de que forma essa facção política se entendeu com a facção de seu pai, militares legalistas?

G.F. – Eles primeiro se entenderam entre si e depois foram procurar os militares que evidentemente estavam descontentes com a ditadura. Quem eram? Eram os que não tinham aceitado a Revolução de 30, ou então aqueles que, depois de terem aceitado e participado da Revolução de 30, já estavam desgostosos, estavam vendo os maus rumos que ela tinha tomado. Pelo menos eles acreditavam nisso. Klinger era um deles. Ele participou da Revolução de 30 mas depois achou que estávamos caminhando cada vez

mais para uma ditadura. E vários outros, como Belerofonte de Lima e uma porção. A lista é enorme.

L.L. – Quer dizer então que a iniciativa teria partido dos políticos?

G.F. – É claro! Os políticos facilitaram um tipo de contato que, depois, também foi sendo feito nos quartéis.

R.A. – Desta forma, a ligação de seu pai com seu tio poderia facilitar a união da facção política com a facção militar.

G.F. – Ah! sim, facilitou, e meu pai ficou como uma espécie de fiel da balança. Como ele não era do PRP e não era do PD, era um militar, era quem equilibrava as duas facções. E por isso ele depois foi outra vez escolhido para ser o chefe.

Mais tarde, quando estava preso na Casa de Correção, em 1938, ele era o único lá dentro que conseguia que os integralistas e comunistas não brigassem entre si. Ele era o fiel da balança. Naquela época estavam presos integralistas e comunistas, e meu pai era o homem que se dava com os dois lados – meu pai de certo modo participou de todas as conspirações contra o Getúlio, fosse de quem fosse. Na de 35 ele só não tomou parte por culpa minha, por incrível que pareça. Havia um sujeito chamado Válder Pompeu, tenente do Exército que fazia política no Ceará, sujeito inteligente para burro. Ele agitava aqui no Rio e ficou encarregado de falar comigo para levar meu pai a se encontrar com ele, para que ele explicasse o que se estava fazendo para a revolução, o golpe de 35, e convidá-lo. Acontece que eu não encontrei meu pai na ocasião. Ele queria falar com meu pai no dia 26 de novembro ou coisa assim, e no dia 27 veio o golpe.

R.A. – E como seu pai viu o movimento de 35?

G.F. – Ele viu que o movimento estava completamente errado. Era um movimento militar sem apoio de político nenhum. Não sei se, se ele tivesse sido convidado na hora, com a raiva que ele tinha do Getúlio, ele não teria participado – porque ele topava qualquer um, tanto que topou também o negócio dos integralistas (não como integralista, mas ele entrou com o Armando Sales, o Mangabeira e com aquela turma toda). Quer dizer, ele fazia qualquer vaquinha.

R.A. – Ele foi preso em 35?

G.F. – Não; não, porque não apareceu essa...

L.L. – Ele não chegou a participar?

G.F. – Não chegou nada; não chegou nada. O Válter Pompeu fugiu.

R.A. – Havia, nessa facção política, esperança de que ele a apoiasse militarmente?

G.F. – Sim; tanto mais que havia, dentro do próprio 3º RI, uma porção de militares jovens, meus colegas do Colégio Militar. Por exemplo, o Raul Pedroso, que depois ficou aí, a vida toda, querendo voltar para o Exército e nunca conseguiu voltar. O Rolemberg, que está aí, velhinho, é a pessoa mais desconhecida da história do Partido Comunista Brasileiro e um dos sujeitos mais importantes. E um sujeito chamado Antônio Bento Monteiro Tourinho, que era o meu maior amigo do Colégio Militar quando nós éramos garotos de 11, 12 ou 13 anos. Ele era um pouco mais velho do que eu, dessa família Tourinho, do Paraná. Ele era filho do general Diógenes Tourinho, um barbaça, era muito inteligente. Ele não estudava, mas prestava atenção às aulas ou então mandava a gente dizer as lições, e ficava sabendo de tudo. Ele tinha uma capacidade de absorver formidável, sempre tirava graus altos. Pois bem; ele, sempre muito meu amigo, foi para a Escola Militar e nós nos distanciamos um pouco, porque ele estava no Realengo e eu estava na Faculdade de Direito. Ele saiu aspirante, tenente, foi bater no 3º Regimento; fez a Revolução e é daqueles que, naquela famosa fotografia da revolução de 1935, estão todos saindo e rindo, assim, na fotografia que revoltou todo o mundo.

Eles fizeram uma brutalidade, mataram gente dormindo e coisas assim, que... O irmão de Alba, Paulo Lobo, foi assassinado dormindo durante a Revolução de 30, lá na Paraíba. São dessas coisas que ocorrem em qualquer Revolução, umas mais brutais, outras menos brutais. E, naquela revolução, além de terem perdido, eles saíram rindo, depois de uma coisa dessas. Até hoje os militares não perdoam esses rapazes por causa disso e nunca mais deixaram que eles voltassem para o Exército. Alguns se arrependeram, alguns quiseram obter anistia, mas não houve jeito. Os que estavam ali, aquela turma que estava rindo na fotografia não voltou mais.

Pois bem; o Tourinho foi preso nesta ocasião, foi metido à bordo de um navio – não havia cadeia e nem penitenciária para tanta gente. Como ele era um excelente nadador, pulou do navio, saiu nadando e sumiu. Eu me lembro de que um dia fui ao Hospital Central do Exército para buscar um exame de minha mãe ou uma coisa qualquer e, quando estava na rua, um operário vestido de azul, com tamancos, passou por mim e perguntou: “Como vai?” Eu olhei e era o Tourinho, fantasiado de operário! Pois bem; ele foi bater na Bahia e, lá, resolveu casar. O Juraci Magalhães, que era o interventor, viu que era ele e mandou prendê-lo.

L.L. – O nome veio à tona, não?

G.F. – É; o nome veio à tona e o Juraci mandou prendê-lo. Ele estava convencido de que estava esquecido, mas foi preso e veio para o Hospital da Polícia Militar, onde ele arranhou que mandassem para ele uma farda. Ele saiu fardado de tenente, o sentinela bateu continência para ele, ele foi embora. Depois, foi para o Uruguai.

Quando houve a declaração de rompimento do Brasil com os países do Eixo, em janeiro de 1942, acreditou-se que o Brasil estava completamente aberto a todos os revolucionários que quisessem retornar e lutar contra o nazismo e contra o Eixo. Todos eles se apresentaram e todos eles foram presos, entre eles o meu amigo Antônio Bento Monteiro Tourinho. E ele encontrou papai, que também estava na Casa de Correção. Lá eles passaram dias jogando xadrez, conversando e tal. Eram ele, o Agildo Barata... Uma mistura de gente!

Meu pai tinha estado preso na Casa de Correção até 1941, quando consegui que ele fosse transferido para a Fortaleza de Santa Cruz; os outros ficaram no mesmo lugar. O diretor da Casa de Correção era um sujeito chamado Caneca, que tinha sido sargento. Quem arranhou para ele ser promovido a tenente fui eu, quando garoto. (Caneca era sargento do regimento de meu pai e me ensinava equitação. Ele era muito bom equitador.) Esse homem veio a ser o carcereiro de meu pai e acontecia que, quando eu ia visitar o meu pai, lá estava o Caneca querendo ver as coisas. Eu tinha horror dele mas sempre brincava com ele: “Ó, Caneca, quando é que eu vou visitar o Prestes?” Meu pai e o Prestes estavam presos em celas conjuntas, separadas mas uma contígua à outra, e a maneira de eles se comunicarem um com outro era através do jornal. Vinha um jornal para um, que depois passava para o outro e, então, mandavam uns bilhetinhos com notícias: “Está havendo isso, eu soube disso assim, assim.

Mas eu queria ver o Prestes e inclusive queria fazer uma entrevista com ele, e disse ao Caneca: “Olhe, no dia que eu souber que o Prestes vai ser solto, venho aqui e você vai-me deixar falar com ele”. Quando houve a anistia, em 1945, e correu a notícia de que ia haver a liberdade de todos aqueles presos, corri para lá e disse ao Caneca: “Agora eu quero ver o Prestes”. O Caneca disse: “Pode entrar. O Prestes está ali, conversando”. Estavam o Prestes, o Tourinho, o Agildo Barata e o Orlando Leite Ribeiro, um diplomata, ex-militar, amigo de Getúlio e amigo de meu pai. Quando militar, ele tinha sido comandado de meu pai, de quem gostava muito, era amigo do Prestes, e foi uma espécie de ligação entre Getúlio e o Prestes.

Então, lá, eu me apresentei ao Prestes, conversei com ele e disse: “Olhe; meu filho se chama Luís Carlos. Tenho aqui um poema do Mário de Andrade”, e dei a ele o original do poema. (Não devia ter dado, porque ele não tinha sensibilidade nenhuma para poesia. Mas dei a ele, bestamente, um autógrafo do Mário de Andrade.) Conversamos um pouco. Foi a primeira vez que vi o Prestes. Depois, quando ele saiu, fez questão de visitar meu pai. (Era a tal elegância.) Prestes foi eleito senador, meu pai foi eleito deputado, e ambos estavam na Constituinte.

Mas eu estava contando a vocês do Tourinho. Pois bem; o Tourinho foi em certa época, acredito, uma das pessoas mais importantes do Partido Comunista. Ele foi para Moscou, fez estudos terríveis e sabia coisa como o diabo. Era um homem que não aparecia mas, dentro do Partido Comunista Brasileiro, ele é quem mandava nisso e naquilo outro. Era um sujeito que se metia nas coisas, sempre escondido mas sempre dentro dos acontecimentos. Sabem como ele morreu? Atropelado por um automóvel, aqui no Leblon. Um sujeito que fez misérias e acabou morrendo atropelado por um automóvel. Incrível! É o herói azarento. Ficou sempre do lado que perde, e acabou morto, sem foguetes, sem bandeira, sem tambor, sem coisa nenhuma. É horrível, não?

R.A. – Voltando um pouquinho atrás, nesse período de seu pai no exílio, porque ele era realmente a pessoa mais indicada para ser o chefe de todos os exilados, inclusive dos gaúchos?

G.F. – Porque todas as correntes o aceitavam. Quando fui visitar meu pai, nessa época, tomei um naviozinho para ir a Buenos Aires e, quando chegou no Rio Grande, diziam que o Flores da Cunha ia me mandar prender na cidade do Rio Grande. Acho até que ele nem soube que eu estava passando por lá. Naquele tempo a fiscalização era sopa.

Quando cheguei a Montevideú, estavam o meu pai, o Palimércio, o Ibraim Nobre e o coronel Ciro, que também estava exilado. Estavam a minha espera. Foi muito engraçado, porque no mesmo navio ia a equipe brasileira de futebol, com aquele famoso jogador Feitiço. Eu estava lá, metido com os jogadores de futebol. Meu pai e seus amigos vieram a Montevideú para atravessar comigo para Buenos Aires. Nessa época, eu não sabia, eles tinham ido à fronteira do Uruguai para conspirar com um jornalista gaúcho chamado Valdemar Ripol, que logo depois foi assassinado a machadadas.

R.A. – A mando do Flores da Cunha.

G.F. – Sim; dizem isso. Ele tem até uma filha no Rio Grande do Sul, Lila Ripol, uma escritora. Não sei se ainda está viva. Deve ser uma moça de mais ou menos a minha idade, ou melhor, uma senhora da minha idade.

R.A. – E como era essa conspiração de fronteira?

G.F. – Eles iam saber se fulano topava, se tal guarnição topava; era sempre assim.

L.L. – Que tropas dariam apoio...

G.F. – Sim; saber com quem está fulano, ou mandar falar com fulano: “Se fulano é compadre de beltrano e beltrano é nosso, então vamos mandar o compadre falar com ele”. Essa coisa, como é hoje também, não? Na conspiração, você tem que abordar uma pessoa que você não sabe como vai receber sua proposta e que pode, ou denunciá-lo, ou ficar calada (o que já é uma grande coisa).

R.A. – E o grupo político se entendia bem com os militares, uma vez que estavam todos exilados?

G.F. – Bem; o grupo político quer sempre tirar a castanha do fogo. Como o grupo político não é propriamente de briga, ele quer que os outros briguem. Ele convida, leva notícias, oferece coisas, confabula mas, na hora, muito pouco político vai brigar.

R.A. – E o Collor, Luzardo, o João Neves?

G.F. – Esses eram realmente os mais ativos.

R.A. – E como era a ligação deles com seu pai no exílio?

G.F. – Boa, muito boa. Meu pai já os conhecia desde 1923. O Collor, por exemplo, freqüentava a minha casa. Eu me lembro dele. Conheci-o desde pequenininho. Ele foi a primeira pessoa a quem vi lendo um autor que ninguém lia, Stefan Zweig. Ele lia em alemão, antes de ser traduzido aqui, no Brasil. Fui descobrir o livro do Stefan Zweig em Buenos Aires, em espanhol. E li para saber o que que era, porque o Collor estava lendo.

R.A. – Até quando seu pai ficou em Buenos Aires?

G.F. – Ficou praticamente um ano. Ele veio quando houve a Constituinte e a anistia.

L.L. – Agora, o PRP não foi unânime na escolha de seu pai como chefe de resistência, não?

G.F. – Não.

L.L. – E consta que o PD teria dado todo o apoio, mas algumas correntes do PRP não deram.

G.F. – É; porque eles também tinham lá suas vedetes. Uns queriam o Taborda, uns queriam outro, compreende? O negócio também era muito na base do parentesco. Fulano é primo de beltrano, fulano é irmão de sicrano, fulano é genro, e tem muita gente nesse negócio todo.

L.L. – É interessante ver essa fidelidade em relação a seu pai, maior a do PD do que a do PRP.

G.F. – Não creio que tenha sido tanto assim, não. Veja você, depois que houve a reconstitucionalização e que o Ademar de Barros foi eleito governador de São Paulo, imediatamente o PD começou a conspirar para derrubar o Ademar. Aí já era o Partido

Constitucionalista. E conseguiu ir até o vice-presidente da República, o Nereu Ramos, e pedir a ele que interviesse junto ao presidente da República, o Dutra, para derrubar o Ademar. Foi nessa época que meu pai ficou indignado com isso. Afinal de contas, depois de tanto trabalho para se chegar a uma constituição, começar desde logo aquelas intervenções nos estados.... Seria um nunca acabar.

R.A. – Aí ele rompeu com o Júlio de Mesquita?

G.F. – Meu pai foi procurar o Canrobert, que lhe prometeu que as tropas de São Paulo não obedeceriam à intervenção federal. Então, não seria mais possível fazer intervenção nenhuma e o Júlio de Mesquita danou-se no 9 de julho, quando meu pai recebeu uma grande manifestação, um banquete no Pacaembu. Evidentemente, o banquete foi aumentado pelo próprio Ademar, que fez questão de chamá-lo “o chefe constitucionalista”. E de lá de cima caíam uns papeizinhos, jogados por um avião. Meu pai não sabia o que que eram. Quando ele chegou aqui no Rio foi ler, no próprio *O Estado de São Paulo*: “Durante o almoço jogaram uns papeizinhos assim, assim”. Era uma acusação de que meu pai estava metido numa negociata de caminhões. Meu pai não teve dúvidas; tomou um avião, foi a São Paulo e telefonou para o Julinho: “Eu vou aí conversar com você”. Entrou na redação d’*O Estado de São Paulo* e deu uns murros no Julinho.

Depois, o pessoal d’*O Estado de São Paulo* desmentiu. Eles se reuniram, o Paulo Duarte e aqueles outros todos, e fizeram uma ata dizendo apenas que tinha havido uma alteração. Ora, os que assinaram eram todos empregados do Julinho de Mesquita e não iam assinar uma coisa dizendo que o Julinho de Mesquita tinha apanhado. Mas ele apanhou mesmo, apanhou e fugiu. Meu pai veio até com o dedo torto, pois bateu numa parede quando ia dar uma taponada e o Julinho fugiu. Veio o Paulo Duarte, que acalmou papai e levou-o ao hotel. No hotel, papai chamou os jornalistas e disse: “Fiz isso, e todas as vezes que acontecer qualquer coisa desse gênero, volto e faço outra vez”. Mas o Julinho tapeou nesse negócio. Isso até hoje é motivo de polêmica entre eu e o Paulo Duarte, que é meu amigo mas que, no entanto, é homem do Julinho e feito pelo Julinho.

Paulo Duarte, depois disso, quis vir ao Rio conversar com meu pai, e eu ofereci um jantar. Ele foi, ambos se abraçaram, ficaram muito amigos e continuaram sempre assim. Uma vez, quando eu estava como adido cultural em Paris e queria deixar aquilo lá, telefonei ao governador de São Paulo, Abreu Sodré, e disse: “Vou deixar isso aqui,

mas esse posto deve ser ocupado por um paulista de nível universitário. Afinal de contas, a Universidade de São Paulo foi criada por franceses. Mandem um desses brasileiros que participaram da criação da Universidade”. Ele perguntou: “Quem?” Respondi: “Falem com o presidente da República para mandar, ou o Paulo Duarte, ou o Antônio Cândido, ou o Wilson Martins, três homens de literatura e criadores desse negócio”. Um foi criador, outro hoje é catedrático, e outro foi aluno. Eu não quis mandar o Josué Montelo, uma vergonha, não?

Mas o Paulo é uma pessoa a quem eu indico. E ele gosta muito de mim e tudo mais. Agora, quando ele começou a escrever suas memórias, ele me mandou uma carta pedindo que eu fizesse o prefácio de um dos volumes. O primeiro volume foi prefaciado pelo Érico Veríssimo. O segundo, eu é quem deveria prefaciar. E escrevi um prefácio em que dizia que meu pai foi obrigado a romper com o Julinho de uma maneira desagradável, mas o Paulo não quis que pusesse isso no prefácio. Então, tivemos uma troca de cartas desagradável como o diabo. Ele me escreveu, dizendo: “Você compreende, as pessoas das melhores famílias de São Paulo...”

Tem sempre uma coisa assim com esse pessoal de São Paulo, sobretudo os do Partido Democrático. É sempre gente das melhores famílias, gente do Automóvel Club, gente de tradição. Mas o Paulo dizia: “Pessoas de melhores famílias trabalham aqui, n’*O Estado de São Paulo*, e prestaram seu depoimento dizendo que o Julinho não foi desacatado coisa nenhuma”. Eu respondi: “Ora, Paulo; as pessoas são das melhores famílias, mas eram todos empregados do Julinho e não iam dizer outra coisa”. Eram Sérgio Milliet, o Ritter e não sei mais quem. É claro, eram todos redatores! E o fato é que o Julinho, no dia seguinte, publicou um desmentido, dizendo que não era bem assim, etc., e, aí, pronto: depois disso, não se podia mais ser amigo.

Tempos depois, num dia 9 de julho, quando as cinzas do coronel Palimércio foram levadas a São Paulo, para serem colocadas no monumento a 1932, fomos eu, meu pai, minha mãe e o filho do coronel Palimércio. Na hora de pegar o caixão, o Julinho ficou assim, e acabou pegando o caixão. Não devia pegar, nem nada. E lá foi. Meu pai ficou bem atrás, para não criar problema. Quando ele publicou o livro da Revolução de 32, o Paulo Duarte veio pedir a meu pai que mandasse um exemplar ao Julinho. Meu pai acabou mandando um exemplar ao Júlio de Mesquita Filho. O Julinho agradeceu – e fez muito bem. Se estavam brigados, estavam brigados, está certo.

R.A. – Em 34, qual foi o posto que seu pai ocupou?

G.F. – Posto nenhum. Ele era reformado e não quis voltar. Ele foi ser engenheiro. Ele e o Palimércio montaram uma firma de engenharia.

R.A. – Aonde?

G.F. – Aqui no Rio, na Cinelândia, no Edifício Rex. Ninguém ia lá. Quando o pessoal ia, era para conspirar, mais nada.

Meu pai se apresentou como candidato. O PRP convidou a ele e ao Palimércio. E o Partido Democrático, que o tinha convidado, tinha combinado de ele ser apresentado pelos dois partidos. Aí o Partido Democrático recuou. Eles concorreram e evidentemente perderam. Não tinham nenhuma tradição no estado, não eram políticos e perderam.

R.A. – Quer dizer que em 35 ele estava no Rio de Janeiro?

G.F. – Sim; estava no Rio de Janeiro, ele era engenheiro.

R.A. – E como foi esse período de vida dele, em termos de articulação?

G.F. – Foi apertado. Ele era coronel reformado, ganhando pouco, e fazia uns biscates de engenharia. Isso foi até 1937, quando veio o Estado Novo e ele foi preso. Minha mãe tinha sido operada, estava do hospital, e eles foram prendê-lo lá, no hospital, mas ele se recusou a sair.

Dois dias depois ele voltou para casa, trazendo minha mãe. Aí, de noite, a Polícia foi novamente prendê-lo e ele se recusou a ir, dizendo que recebia a Polícia à bala. Um dos policiais disse: “O senhor me dá licença ao menos de falar no telefone com o Israel Souto? (Era um dos chefes da Ordem Política e Social) Vou dar essa explicação de que sua senhora está doente”. Ele falou e depois disse a meu pai: “Olhe, coronel, o Israel Souto disse que o senhor não será preso, que o senhor vai apenas prestar um depoimento na Polícia”. Meu pai respondeu: “Está bem. Mas então meu filho também vai comigo”. O filho era esse meu irmão que hoje é general em Belém do Pará e que tem o mesmo nome dele, Euclides. Ele tinha 13 ou 14 anos e era aluno do Colégio Militar. Quando chegou perto da Polícia, o pessoal saltou em cima do velho,

deram uma surra no meu irmão e papai desapareceu durante seis meses. Não tivemos mais notícias dele. Deram-lhe sumiço.

R.A. – Mas como é que se explica essa sua prisão em 37?

G.F. – Getúlio sabia que, solto, ele iria chamar militares e reagir, criar problemas.

R.A. – Mas na preparação do golpe de 37, o golpe do Estado Novo, havia alguma movimentação?

G.F. – Não, mas sabia que ele era contra.

L.L. – Quer dizer que talvez fosse uma medida preventiva?

G.F. – Uma medida preventiva. Ele foi preso e depois foi colocado no Hospital da Polícia Militar, ao lado da Casa de Correção, com o Otávio Mangabeira. Ficaram presos ali e no dia 11 de maio... poucos dias antes o Fournier, que também tinha estado na Revolução de 32 e era um grande amigo de papai, tinha feito um contato com os integralistas dissidentes. (Havia os integralistas que tinham aderido ao Getúlio, o pessoal do Plínio Salgado, e os dissidentes, como o Belmiro Valverde, Barbosa Lima e outros.)

Então, o Fournier, que era completamente doido, organizou um assalto ao Palácio Guanabara com aqueles integralistas e mais um grupo de Marinha. Ele mandou esse plano para papai: “O que é que você acha?” Papai anotou aquilo tudo e respondeu: “Não faça isso; faça aquilo; aqui não está bom; aqui está errado”, e mandou de volta para o Fournier. No dia, o Fournier mandou o João Daré fantasiado de coronel (imagine, o João Daré, não sei por quê, tem até sotaque italiano, não sendo italiano, mas paulista). Ele foi, fantasiado de coronel, libertar o velho. E foi levando um embrulho com outras roupas. Um tenentezinho do hospital desconfiou do negócio, bateu um telefonema para a chefatura de Polícia e, quando procurou o João Daré para prendê-lo, ele tinha fugido. Mas estava lá o negócio dele, uma ordem falsa para libertar o coronel Figueiredo e o dr. Otávio Mangabeira. [risos] E aí o velho voltou para dentro do hospital.

Transferiram-no dali imediatamente, incomunicável, para a Casa de Correção. E lá ficou. O Fournier assaltou o Palácio Guanabara e o negócio deu em nada, porque os

integralistas não eram de nada mesmo e porque os marinheiros que deviam atacar ficaram brigando no Arsenal de Marinha. Ninguém, ninguém. Cercaram o Palácio e ninguém sabia dar tiro, nem coisa nenhuma. Foi quando chegou a tropa do Getúlio, cercou os que o estavam cercando e acabou o negócio todo. O Fournier fugiu, escondendo-se, deixou o automóvel do cunhado abandonado na Rua Farani – e com toda essa papelada comprometedora dentro do automóvel. Dois dias depois a Polícia recebeu um telefonema, dizendo: “Tem um automóvel abandonado aqui. Venham buscar”. Foram lá, descobriram o plano todo e então começaram a prender uma porção de gente que estava mencionada. Prenderam gente à beça. O fato é que o papai foi condenado pelo Tribunal de Segurança. Condenaram-no a quatro anos de cadeia. O advogado fui eu, ajudado pelo Sobral Pinto. Claro, eram julgamentos de 50, 60 pessoas por dia, e tudo no mesmo processo. Cada advogado tinha direito a falar 10 minutos. Eu falei 10 minutos, à uma hora da manhã. Sobral Pinto falou por uma porção deles, o Bulhões Pedreira por outra porção de outros. Eram quatro juízes: Barros Barreto, Pereira Braga, o coronel Costa Neto e mais um, da Marinha, Lemos Bastos. O promotor era um sujeito que tinha o nome mais sinistro que eu já vi na minha vida: chamava-se Himalaia Virgulino. Era promotor do Tribunal de Segurança. Foi ele quem fez a acusação, terrível! Meu pai era um subversivo, um monstro anti-patriótico e essas besteiras todas.

Subi na tribuna, falei meus cinco minutos ou 10 minutos – também, mais não adiantava, pois estava na cara que a gente acabava de falar, o juiz metia a mão no bolso e tirava a sentença: “Os argumentos dos senhores advogados não me convenceram. Aqui está a sentença”.

L.L. – Estava tudo pronto, não é?

G.F. – É claro. Aquela sentença tinha sido feita no Palácio do Catete.

R.A. – Seu pai não chegou a sair da prisão, em 37? Quanto tempo ele ficou preso? Ele ficou seis meses preso?

G.F. – Mais ou menos. Deixe-me ver. Olhe; de novembro a dezembro, de dezembro a janeiro... Fevereiro, março. Não; ele foi solto em dezembro e preso novamente em

março, ou solto em janeiro e preso novamente em maio. Depois é que ele ficou incomunicável, e aí ficou incomunicável por muito tempo.

R.A. – Até quando?

G.F. – Ah! desde 11 de maio até cinco ou seis meses depois. A gente só sabia notícias dele por algum guarda, alguma coisa assim. A gente tinha um medo danado, não sabia o que era, trazia um bilhetezinho.

R.A. – E aí deu-se o julgamento depois desse período incomunicável?

G.F. – Sim; ele foi preso, julgado e condenado a quatro anos de prisão. Eu então entrei com um requerimento mostrando que a prisão dele não era celular, era pena de reclusão. Eles esqueceram de botar uma coisa mais grave na Lei de Segurança (que era igualzinha ao AI-5). Isso tudo que a gente está vendo aí já existia: bilhete azul, reforma administrativa, Lei de Segurança Nacional; tudo isso que está aí é a mesma coisa, igualzinho.

Bem; condenado pela Lei de Segurança, ele deixava de existir, passava a não existir como cidadão, perdia a patente de militar, minha mãe passou a ser viúva de militar, recebia pensão do Ministério da Guerra e meus irmãos passaram a ser alunos órfãos do Colégio Militar. Era um negócio horroroso, exatamente como está aí. Esses meus irmãos, o Euclides e o Diogo, foram alunos órfãos, recebiam botina, fardamento, livro, tudo. (Graças a Deus, porque nós não tínhamos dinheiro para outra coisa!)

Eu requeri primeiro que ele fosse transferido para Fortaleza de Santa Cruz. Isso eu consegui em 1941 – e foi uma sorte essa transferência. Depois requeri que ele fosse libertado com livramento condicional. (Livramento condicional era uma coisa que a Lei de Segurança Nacional não tinha criado, não tinha inventado. Existe o livramento condicional para crimes comuns. Com o livramento condicional, o advogado se dirige ao Conselho Penitenciário, prova que o preso se portou bem e ele tem a pena reduzida a dois terços e tem direito a sair, assinando um compromisso de não cometer mais crimes, de reingressar na sociedade e essas bobagens.)

Ele estava lá na Fortaleza de Santa Cruz, eu requeri e deram o livramento. O coronel Costa Neto despachou, deu o livramento condicional, achando que estava certo. Levei ao Conselho Penitenciário para cumprir. Era o dr. Lemos de Brito o presidente, e

ele negou: “Não; não posso porque ele está preso numa fortaleza militar”. Aí eu me danei e pensei: “Tenho que falar com o Dutra”. Telefonei para um capitão do gabinete do Dutra e disse: “Preciso falar com o ministro da Guerra”. Ele me telefonou de volta: “Venha aqui amanhã de manhã, às seis horas”. (O Dutra só recebia gente às seis horas da manhã.) Fui lá, expliquei que o negócio era urgente. Às seis horas ele me fez entrar e o Dutra, que nem me conhecia, perguntou: “O que é?” Eu disse: “Trata-se disso: meu pai, o coronel Figueiredo, está preso na Fortaleza de Santa Cruz. O Conselho Penitenciário, por seu presidente, não quer cumprir o livramento condicional, evidentemente dizendo que é porque o Exército não quer. Se ele estivesse preso num estabelecimento correcional, eles cumpririam”. O Dutra disse: “Chame o coronel Rego Barros”, que era comandante da Artilharia de Costa. Foi pelo telefone que o Dutra deu ordem ao Rego Barros para botar uma lancha à disposição do Lemos de Brito, que soube que eu estava lá, recebeu a ordem, ligou e me alcançou no Ministério, dizendo: “Eu faço questão de que o senhor vá comigo”. Eu respondi: “Não; o senhor vai cumprir a ordem, mas eu não vou lá, não”. E ele foi, com um secretário.

Quando chegou lá, eu já tinha avisado ao comandante, coronel Zeno Estilac Leal, irmão do outro que foi ministro da Guerra. Telefonei para ele, dizendo; “Olhe; meu pai recebeu o livramento condicional, e vai aí o Dr. Lemos de Brito para cumprir a ordem”. Ele disse: “Tudo bem”, e fez um negócio batata. Quando chegou o Lemos de Brito ele chamou toda a oficialidade, reuniu os oficiais, apresentou-se, cumprimentou-o e disse: “Agora, chamem o preso.” Veio o meu pai. Lemos de Brito abriu aquele livrão, leu o termo do livramento condicional, em que o preso se compromete a não mais praticar atos delituosos e disse a meu pai: “Agora, coronel, o senhor assina”. E meu pai respondeu: “Não assino; não assino. Se meu crime fosse um crime comum, eu me comprometeria a não fazer mais. Mas meu crime é político, e eu não vou-me comprometer a não mais conspirar. Toda vez que eu tiver que conspirar, eu conspiro”. O Lemos disse: “Mas, então, não pode ser”, e criou aquele impasse. Então, um tenentezinho virou-se para o Zeno e disse: “Comandante, o senhor me dá licença? Eu tenho uma solução. O coronel Figueiredo não assina nenhum compromisso, mas nós assinamos o compromisso de não conspirarmos com ele”. [risos] Ao final, o Lemos disse: “Coronel, eu faço questão de acompanhá-lo. O senhor vem na lancha, comigo”. Meu pai respondeu: “Não; eu não vou, não. Vou ficar aqui, com os oficiais, vou tomar um café e, depois, vou na lancha com eles.”

E ele veio sozinho, de fato, na lancha das oito horas. Mas eu tinha um medo danado de que, quando ele chegasse, saísse dessa lancha militar e a polícia o agarrasse de novo. Pedi então ao Austragésilo de Ataíde e ao Osório Borba, que eram jornalistas, que fossem comigo ao cais, para ficarmos os três ali, esperando, para constatar se houvesse alguma coisa. Não houve nada. Meu pai saiu, foi para casa e ficou. Daí ele voltou a trabalhar e fez uma firma por sugestão de um adversário e amigo dele, o Alencastro Guimarães, diretor da Central do Brasil, a quem eu tinha procurado e dito: “Olhe, meu pai vai ser solto e não tem nada para fazer”. Ele sugeriu: “Ah, ele pode comprar negócio de nó de pinho de dormente para a Central do Brasil, lá no Paraná”. Então, meu pai fez a firma e comprava nó de pinho – durante a Guerra não havia carvão e as locomotivas da Central usavam nó de pinho como combustível, aqueles nós dos entroncamentos dos ramos, que são cortados e servem como carvão.

Meu pai ficou trabalhando nisso e, ao mesmo tempo (aliás, desde o tempo em que estava preso) escrevia uns artigos para o Chateaubriand, artigos esses que ele escrevia a mão, escondido. Quando eu ia visitá-lo na prisão, ele botava dentro do meu sapato. Eu cruzava as pernas, ele botava o artigo aqui e, como trabalhasse no *O Jornal*, eu depois copiava. E saíam assinados por “um observador militar”. Eram artigos sobre a situação diária da guerra, a frente da França, a frente da Rússia e aquela coisa toda. Ele podia fazer, porque tinha mapas, tinha seu radinho para ouvir e recebia o jornal, que nós mandávamos. Com isso, então, ele fazia. E ele conhecia bem a geografia daquilo tudo, pois tinha até estudado lá. De modo que ele fazia aqueles comentários. E, depois que foi solto, o Chateaubriand mandou convidá-lo a continuar fazendo os artigos, convidou-o a ir para o *front* russo representando os Diários Associados. Chateaubriand tinha mandado o Barreto Leite para a Itália, e queria um outro correspondente na frente russa. Mas Getúlio não deixou. Quando soube, ele disse: “Absolutamente; daqui esse homem não sai”.

R.A. – Isso foi em que ano?

G.F. – Foi em 42 ou 43. E o mais engraçado também é que, quando houve a declaração de guerra, abriram o voluntariado no Ministério da Guerra e meu pai, um pouco de molecagem, se apresentou. Ele foi lá e entrou na fila. O voluntariado era para gente de vinte e poucos anos e meu pai já tinha uns 55! Chegou lá, declarou quem era (não disse que era coronel), deu o nome e disse: “Quero ir para a guerra”. O capitão reconheceu-o, falou com o coronel, e o negócio foi bater no Dutra. Dutra, ministro da Guerra, mandou

um coronel buscar papai e aí os dois se encontraram, depois de muitos anos. O Dutra disse: “Você está me criando um embaraço apresentando-se aí, agora. Veja só!” Meu pai retrucou: “Tenho o direito. Eu sou um cidadão (cidadão ele não era, porque tinha perdido a cidadania), sou brasileiro e tenho o direito de me apresentar. Voluntariado é isto. Sou voluntário e faço questão de ser visto como um voluntário. Se eu não for para guerra é porque vocês não querem. Eu quero ir. É isso que é o voluntário”. Ele fez isso mais como um gesto de hostilidade.

Sabem em que resultou isso? Resultou que, em 1945, quando meu pai se apresentou candidato da UDN à Assembléia Constituinte, ele foi eleito. E era um deputado considerado morto, pois era civilmente morto. Então, no Ministério da Guerra tiveram que dar um jeito, inventar uma lei pela qual ele revertia ao serviço e era reformado para poder exercer direitos civis. Senão minha mãe continuaria recebendo pensão e meus irmãos, que já eram tenentes, continuariam sendo órfãos; uma coisa idiota. Um deles era tenente. Então, houve essa lei e meu pai ficou coronel reformado e deputado. Passaram-se uns dois ou três anos, um advogado procurou-o e disse: “Eu estou encarregado por uma porção de militares de ver a situação daqueles que foram prejudicados por essas diversas reformas e condenações. Tem gente que pode voltar para o Exército, tem gente que tem direito a promoção, tem gente que tem direito a receber atrasados. E eu descobri no Boletim do Exército que o senhor se apresentou. Está lá seu nome, no meio de uma porção de voluntários. Logo que o senhor se apresentou, ficou à disposição do Ministério da Guerra para prestar serviço de guerra e, como o senhor é coronel, pela Lei da Reforma, tem direito a duas promoções”. E por isso ele foi sair general, porque fez essa besteira. É um negócio engraçado!

Ele ficou como deputado na Constituinte. Foi um bom deputado sob certos aspectos e teve uma briga com Getúlio. Ele estava fazendo um discurso contra o Getúlio. Getúlio, que não ia à Constituinte, nunca apareceu lá, quando soube que tinham feito um discurso contra ele, apareceu acompanhado do Gregório. Meu pai estava na sala do café e, quando soube que Getúlio estava na tribuna, partiu para botar Getúlio de lá para fora. Tiraram Getúlio correndo. Eu estava sentado na tribuna da imprensa (eu era jornalista), e foi um escândalo. Correu a notícia de que o pessoal do Getúlio (naquela época chamavam-se quemistas), estava lá fora para dar uma surra no meu pai. O Joel Silveira, o Gilberto Freire, que era deputado também, e eu dissemos: “Ah! Vamos ficar aqui em volta e apanhamos juntos, mas não vamos deixar que...”

[FINAL DA FITA 1-B]

R.A. – O senhor agora podia-nos falar um pouco sobre o período da Revolução, do movimento. O senhor já deu mais ou menos o caminho percorrido pelo seu pai até a prisão no navio em Santa Catarina. E os outros, os que lutaram com ele? Qual era a posição do Klinger. Quem o senhor situaria do mesmo lado de seu pai?

G.F. – Ah! Eu acho que, dos militares, o nome mais interessante da Revolução – e de longe, longe -, era o coronel Palimércio de Resende, evidentemente. Era um preto e foi um dos homens mais inteligentes que conheci. Ele não era um militarista. Ele, evidentemente, era um militar porque, como menino pobre, não teve outra possibilidade senão entrar para o Exército como soldado e depois abrir seu caminho, entrar para a Escola Militar.

Sabe-se que ele foi um aluno brilhante na Escola Militar. Contam até um episódio muito curioso do exame que ele fez. Ele foi aluno do famoso coronel Trompovski, na Escola Militar, um excelente professor, militar severíssimo. Bem; o coronel Trompovski estava dando uma aula e o Palimércio, que era garoto, levantou-se e disse: “Professor, parece que há um erro ali. Trompovski olhou para ele e disse: “Preto não reclama, não. Sente-se.” Palimércio continuou o resto do curso tirando seus graus, seus pesos. Quando chegou o fim do ano, na hora do exame, chamaram seu nome e ele se apresentou. O Trompovski riu para um, riu para outro, e disse: “Vamos ver agora, preto. Qual é o seu ponto?”, e o Palimércio disse: “Preto não tem ponto”. O Trompovski começou a olhar meio assim e disse: “Então vamos para quadro-negro”. Ele era professor de cálculo diferencial e integral. Tinha uma escadinha assim no quadro-negro e o Palimércio subia, descia, escrevia aquelas equações terríveis, aqueles desenvolvimentos chatíssimos! De repente, acabou o giz, ou ficou só um pedacinho, e ele disse: “Professor, acabou-se o giz e, com ele, a matéria”. E escreveu lá o resultado final. Houve muito aplauso, muita coisa, e ele ficou sendo desde então considerado um sujeito interessante.

Ele foi tenente e depois capitão. Foi servir no gabinete do Setembrino de Carvalho, onde conheceu meu pai. Ficaram muito amigos. O Palimércio era solteiro mas tinha um filho. Ele mandou buscá-lo, educou-o e o filho, hoje, é engenheiro. É mais

velho do que eu (tem sessenta e tantos anos) e é hoje, um dos meus maiores amigos; sempre foi. Esteve na Revolução de 32 comigo.

Palimércio era um homem interessantíssimo. Não era militar militarista, de ficar conversando sobre coisas de quartel. Ele era um sujeito que sentava no piano e tocava Chopin, conversava sobre Verlaine, sobre Paul Valéry e outras coisas que militar nenhum sabe o que é. E dizia as coisas mais divertidas do mundo. Ele foi a grande cabeça militar da Revolução.

R.A. – Ele tinha alguma ligação com o Isidoro?

G.F. – Não; eles se conheciam, eram amigos. Palimércio foi adversário do Isidoro mas, na Revolução, eles se reaproximaram e ficaram amigos. O Palimércio era o chefe do estado-maior da coluna de meu pai, na 2ª Divisão de Infantaria em Operações.

R.A. – Essa do Vale do Paraíba?

G.F. – É.

L.L. – Seu pai e o Isidoro Dias Lopes tinham alguns atritos, não?

G.F. – Não; eu não sabia disso, não.

L.L. – Acho que, no livro de seu pai, ele conta que em determinado momento eles brigaram e depois fizeram as pazes.

G.F. – Em toda revolução que houver, todo o mundo briga. Os revolucionários sempre começam a brigar entre si. A desgraça das revoluções perdidas é sempre essa. Mas o Palimércio era um sujeito estranhíssimo, um sujeito divertidíssimo. Quando ele estava no exílio em Buenos Aires me escrevia muito.

Houve uma vez em que uma dessas senhoras agitadas lá de São Paulo começou a fazer uma coleta para mandar dinheiro aos exilados em Buenos Aires porque achava que eles estavam na miséria. Eles estavam numa situação ruim, mas esse negócio de coleta para mandar dinheiro era um negócio vexatório. Eu então mandei uma carta indignada para o Palimércio e ele me respondeu com uma carta que é uma delícia – eu

tenho aí. Eu tinha nessa época o quê? Uns 17 anos. A carta dizia: “Você conhece a história da matrona de Éfeso? Não deixe de ler. Está em *Petrônio*”. Então, ele conta a história daquela matrona fidelíssima ao marido e que, de repente, morrendo o marido, ela jurou ficar no túmulo com ele. Durante a noite, passou um sentinela pelo cemitério e viu aquela viúva chorar muito. Ele passou a consolá-la e, no dia seguinte, todo o mundo achou impressionante que a viúva tivesse voltado para casa risonha. [risos] Então, Palimércio acabava a carta dizendo: “Veja se você encontra um sentinela para essa senhora”. [risos]

Por aí você vê que ele era homem de espírito. Isso não é muito de militar brasileiro. Quando eu tinha 11 anos de idade, o Palimércio me deu *Cyrano de Bergerac*, livros de Júlio Verne e coisas assim. Foi ele quem leu poesias de Baudelaire para mim. Eu era garoto, ele viu que eu tinha entusiasmo por literatura e me fez um bem danado: obrigou-me a ler uma porção de coisas. Ele dizia: “Você precisa ler isso, e precisa ler aquilo”. Ele era um grande leitor.

R.A. – E ele tinha interesse por política?

G.F. – Não; ele era um homem engraçado. Ele era um grande militar, do ponto de vista técnico, e ao mesmo tempo ele era um apreciador de arte e de literatura. Ele gostava de ópera, gostava de música sinfônica; gostava de seus livros e gostava de seus amigos; gostava de reunir os amigos em casa e ficar tomando o seu uisquinho, uma cervejinha, conversando até altas horas da noite. Seus amigos eram sempre pessoas assim, muito mais do gênero intelectual do que das rodas militares.

R.A. – E como é que ele se engajou na Revolução?

G.F. – Bem; logo que começou a conspirar, meu pai chamou-o e disse: “Vamos conspirar”. Fui eu quem, na véspera do embarque, levou ao Palimércio o recado de que fosse a São Paulo no mesmo trem que meu pai. Eu fui a ele e disse: “Olhe, o velho vai amanhã. É bom a gente comprar as passagens”. Imagine, a gente saía para uma Revolução comprando passagem no trem diurno da Central.

Palimércio era um sujeito interessantíssimo. Morreu em 1939, numa época engraçada em que morava aqui no Rio o Mário de Andrade (que se tornou muito meu amigo). Ele morava em frente à casa do Palimércio, na Rua Santo Amaro, mas nunca se encontraram. Eu vivia prometendo que iria promover um encontro dos dois. O Mário de

Andrade ia sempre lá em casa. Ele gostava muito de mim e gostávamos de mexer em coisa de música, de piano. Então, nós tínhamos um grupinho que, quando o Mário de Andrade vinha ao Rio ou quando estava morando aqui, toda semana a gente se reunia, lá em casa ou em casa de algum dos outros. Todo dia, à noite, acabávamos no jornal e íamos tomar chope na Brahma. E era um grupo que, se hoje se puser todo o mundo junto, sai briga. É todo o mundo brigado. Eram o Moacir Werneck de Castro, o Carlos Lacerda, Lúcio Rangel, Rachel de Queirós, Otávio de Faria, Edmundo da Luz Pinto, Otávio Dias Leite, (que já morreu, poeta mineiro), Murilo Miranda (que também já morreu, foi diretor do Teatro Municipal e vereador). Cada um hoje é de um partido, de um lugar, e todos eles estavam em volta de Mário de Andrade. Prudente de Moraes Neto, Genolino Amado, Osório Borba, um grupo enorme! O Pedro Nava também era desse grupo, um boêmio; era engraçadíssimo. E Barreto Leite. Trabalhávamos até as 10, 11 horas, meia-noite. Depois de meia-noite todo o mundo saía. Não tinha nada mais a fazer – trabalhávamos só de tarde – e íamos todos para a Brahma tomar chope e conversar fiado.

R.A. – E o Palimércio não chegou a conhecer o grupo, não?

G.F. – O Palimércio chegou a conhecer alguns amigos. Por exemplo, o Osório Borba ele conheceu. Mas eu queria apresentá-lo ao Mário de Andrade.

O Palimércio era diabético, teve uma crise, entrou em coma e morreu. Quando ele morreu, meu pai estava preso e aconteceu uma coisa terrível. O irmão do Amílcar Dutra de Menezes (diretor do DIP) e meu amigo, Tenente Benedito Dutra de Menezes, era do gabinete do Filinto Müller e era muito amigo do Palimércio. Ele soube que o Palimércio morreu, telefonou para mim e disse: “Seu pai precisa ir ao enterro”. Eu disse: “É problema seu”. Ele falou com o Filinto Müller e o Filinto disse: “Pode buscar o coronel Figueiredo e levá-lo para ver o coronel Palimércio”. (Havia dessas elegâncias. É a tal coisa, não é?) Então o Benedito foi e levou meu pai à Rua Santo Amaro. Meu pai ficou sentado. O Palimércio ali, morto (Palimércio morreu segurando as minhas mãos); meu pai, tristíssimo. De repente chegou o Góis Monteiro, adversário de 32 e chefe do Estado-Maior do Exército. (O ministro da Guerra era o Dutra). Ele chegou, papai chamou o Benedito e disse: “Leve-me de volta para a Casa de Detenção. Não quero mais ficar aqui”, e retirou-se. E então uns palhaços que estavam ali em volta começaram a murmurar que meu pai tinha-se retirado por acinte ao Góis Monteiro. Besteira! Eu fui

falar com o Góis, a quem não conhecia, nem nada: “Olhe, general, vou-lhe dar uma explicação. Eu sou fulano de tal e meu pai se retirou, não como um acinte ao senhor. Ele se retirou para não criar uma situação vexatória. Ele veio aqui para visitar um defunto; não havia de ser para visitar o senhor”. O Góis disse: “É; seu pai tinha toda a razão”. Pronto! E era mesmo um negócio vexatório. Imaginem se o chefe do Estado-Maior e um preso, que era um ex-amigo, iriam ficar olhando um para outro na frente de um defunto!

R.A. – O Góis Monteiro, de certa forma, deu uma nova feição ao Exército, uma feição moderna, digamos.

G.F. – Não. Quem foi que disse isso?

R.A. – Eu acho que a atuação do Góis Monteiro é muito bem definida e inteiramente adversa à atuação de seu pai.

G.F. – Desgraçadamente, o que ele fez foi politizar o Exército.

R.A. – Pois é exatamente isso.

G.F. – Ele ensinou a toda essa gente isso: a ocupar cargos civis.

L.L – Era o grande defensor...

G.F. – Ele os ensinou a querer postos eletivos, a querer nomeações para isso, para aquilo. Os irmãos todos, o que eram? Eram embaixador, deputado, isso e aquilo. Era esse tipo de coisas o que justamente meu pai combatia. Ele dizia: “No dia em que o Exército começar a fazer política, adeus Exército”.

R.A. – E como seu pai via o sistema de promoções no Exército, que Góis Monteiro alterou muito?

G.F. – Meu pai era contra, totalmente contra tudo isso.

R.A. – Como era esse sistema?

G.F. – Ah, não sei.

R.A. – O senhor não acompanhou?

G.F. – Nessa parte eu sou muito mais civil do que você está pensando. O Góis era um homem inteligente, mas era muito mais sabido do que inteligente. Aliás, no Brasil acontece muito isso. As pessoas sabidas são tidas como inteligentes. Inteligente é aquele que é capaz de criar um pensamento válido, útil, original. Sabido, não; sabido é quem aproveita uma coisa qualquer e cria um lugar útil, original e interessante para si mesmo. O Góis era muito mais sabido do que inteligente. O Brasil está cheio de gente assim. Em geral as pessoas inteligentes não fazem carreiras de sucesso.

L.L. – Inclusive, a Revolução Constitucionalista foi uma oportunidade para o Góis propor uma série de medidas mais eficientes para a transformação do Exército.

G.F. – Exato.

R.A. – Foi nesse sentido que eu empreguei o termo modernização.

G.F. – E ao mesmo tempo ele eliminou uma porção de adversários. A grande revolução que houve no Exército foi a chamada dos Jovens Turcos, a do grupo de militares que estudou na Alemanha antes da Primeira Guerra e que depois veio e reformou o Exército que era, até então, um exército de sargentões, de sujeitos que não sabiam nada. Então, começaram a aparecer oficiais que tinham estudado na Alemanha, oficiais que faziam questão de brilho, de salão e de coisas assim, coisas que depois também começaram a desaparecer.

L.L. – Mas pelo menos o Góis tinha a preocupação de modernizar e transformar esse Exército.

G.F. – Não sei dizer; honestamente não sei dizer. Eu conheci o Góis nas circunstâncias que narrei e, depois, encontrei-o uma vez na casa do coronel Agnelo de Sousa, que tinha

estado na Revolução de 32 e era seu amigo. Uma ocasião, meu pai teve que falar com o Canrobert para não fazer a intervenção em São Paulo. Meu pai foi então se encontrar com o Canrobert, que era ministro da Guerra, e com o Góis, na casa desse coronel Agnelo de Sousa. E aí eu vi uma coisa muito engraçada, o gênero de exibição de inteligência que o Góis fazia. Ele perguntou assim: “Você conhece ‘La donna è mobile’? De que ópera é?” Ah! isso, perguntado a um tenentezinho às 6 horas da manhã, na hora da instrução, o sujeito não sabe dizer nada. E o Góis dizia: “Está vendo, tenente? O senhor precisa ser cultivado, precisa ser mais interessante”. E ele cantava umas coisas. De repente, o Canrobert, que estudava canto, começou a cantar uma porção de coisas, e o Góis não sabia de coisa nenhuma. Aí ele recuou. Ele era desses homens que lêem um negócio de manhã e depois vão perguntar. Ele era sabido.

R.A. – Essa posição do Góis, sendo francamente a favor da politização e da atuação política dos militares, foi contra a do Miguel Costa, não? O Miguel Costa estava do lado de seu pai, compartilhava com seu pai da idéia de que o lugar dos militares é na caserna.

G.F. – Não; o Miguel Costa tinha vindo da Revolução de 30 e meu pai não o tinha aceitado. De modo que, nesse aspecto da Revolução Constitucionalista, eles estavam um contra o outro. Tanto que um foi prender o outro, não?

L.L. – Mas havia esse ponto em comum, ambos achando que os postos civis deveriam ser ocupados por civis e não por militares.

G.F. – Sim; por civis. Uma grande parte, uma boa parte dos militares defendiam essa idéia. Mas foi muito difícil, depois da Revolução de 30, conter a tendência oposta. Basta ver que aqueles tenentes todos a que nos estamos referindo agora, os rapazes que tinham sido expulsos da Escola em 1922 e 24, e que em 30, depois da Revolução, ela os fez reverter ao Exército, eram chamados “picolés”. (Naquele tempo havia um sorvete de pauzinho que tinha esse nome. Agora, por que os tenentes se chamavam assim, eu não sei.) Só para contentar e colocar esses tenentes...

De 1922 até 30, ou de 1924 até 30, são oito anos, seis anos de idade já adulta. Um rapaz que tinha 22 anos quando fez uma revolução e que agora já está com 30, às vezes casado, volta como tenente, quando já poderia ter sido um tenente mais antigo. E volta sabendo coisas da vida civil. Alguns eram funcionários do Banco do Brasil e

continuaram. Um dos meus parentes, casado com uma das minhas primas, era do Banco do Brasil. E havia outros que tinham-se tornado médicos, advogados. Então, eles tinham a idéia de que, voltando para o Exército, teriam a vantagem de ocupar cargos civis, naquelas coisas que eles sabiam. Então, foi aquela coisa tremenda: invadiram o Itamaraty, invadiram vários ministérios, cartórios e postos eletivos. Quem tinha mais apetite para fazer política ia concorrer em postos eletivos, como Juraci Magalhães. Outros foram para o Itamaraty. Pronto! Aí começou esse desejo de certos militares encontrarem postos civis, que era o que meu pai combatia.

Meu pai achava que militar é um homem que deve trabalhar dentro do Exército, deve ser tenente pobre ou deve ser general pobre. Meu pai achava que general mora no subúrbio, não tem *status*, não tem automóvel com placa branca, não tem mordomia, não tem nada disso que a gente está vendo aí. No tempo de meu pai, os generais andavam de bonde, iam para o quartel-general de bonde. Floriano Peixoto, depois que fez a República, saiu do quartel-general, foi tomar uma canja no Largo de São Francisco, pegou o bonde e foi para casa – depois de fazer a República! Não é como hoje, que todo sujeito tem *status*, tem um automóvel com a chapa branca e um outro com chapa particular. A importância de ser isso, de ser aquilo... Não é mais uma profissão pobre.

R.A. – E como seu pai via a posição desses tenentes na Revolução de 32?

G.F. – Na Revolução de 32, quase todos esses tenentes que lutaram em 30 evidentemente combateram a Revolução. Alguns poucos foram a favor da Revolução de 32 – isso é que é engraçado. Alguns tomaram parte, como o Agildo Barata, por exemplo, que estava na Revolução de 32.

R.A. – Exato. E como seu pai recebia a entrada deles na Revolução?

G.F. – Muito bem; muito bem. Todos eles eram ex-alunos de meu pai na Escola Militar; todos eles gostavam muito de meu pai e meu pai, deles. Meu pai tinha sido o instrutor do Prestes. Eram todos muito amigos. Podiam ser adversários mas - é a tal coisa – com certa elegância. Não era como hoje em dia. A elegância hoje não existe.

L.L. – E o Clube 3 de Outubro?

G.F. – Foi uma idéia do Góis Monteiro e de outros, não? É a tal coisa de reunir militares para dar apoio a uma revolução, reunir militares para fazê-los funcionar de uma maneira política. Com isso, politizou de certo modo os militares, deixando com que eles saíssem daquela posição de guardiões de uma constituição, mantenedores da ordem e de um poder moderador, para serem eles próprios o poder. E é o Clube 3 de Outubro o que está aí. Quem é hoje o Juraci Magalhães? É do Clube 3 de Outubro! Quem é ele? Um magnata, diretor de várias companhias, representante de vários interesses, de várias coisas. (Não vou perguntar se são interesses legítimos ou ilegítimos.) E, como ele, vários outros. Isso é que é a tristeza dessa coisa. É complicado a gente discutir isso porque, sei lá, você pode ter mais de um microfone aí. [risos]

R.A. – Não, não; já basta esse. O senhor tem notícias da posição do Francisco Morato, do PD, com relação a seu pai?

G.F. – Não; não tenho. Eu o conheci pouco, mas eu me lembro dele. O Francisco Morato era um sujeito empertigado, parecia um bacalhau, feio para diabo, solene, de preto. O pessoal dizia que ele dava um azar danado.

L.L. – Ah! é? Por quê?

G.F. – Não sei; são dessas coisas que de vez em quando atiram em cima de um homem e, quando atiram e gruda, é uma coisa horrível. Parece que era um homem de bem.

O mal de alguns daqueles políticos de São Paulo é que também eles eram tão aristocratas e tinham uma vida tão rica, que não conseguiam pensar em termos populares, ou conseguiam apenas de um modo teórico. Por exemplo: a reconstitucionalização. Mas, quando chegava na hora de pensar em termos de justiça social, eles então eram os homens do Automóvel Clube, eram uma elite. Esse é que é o mal. São Paulo é uma espécie de Boston.

L.L. – Mas eles conseguiram apoio popular para a Revolução Constitucionalista, por exemplo, no setor operário, não?

G.F. – Sim; na Revolução de 32 conseguiram e eu tenho a impressão de que foi a última vez que conseguiram.

L.L. – O operariado estava com a Revolução?

G.F. – Estava; mas nem tanto por causas deles, políticos, mas porque todo o mundo sentia que aquilo era realmente uma causa útil e importante do ponto de vista da defesa da democracia. Todo o mundo sentia que se não viesse, ia ser pior. E o operariado de São Paulo, que era e ainda é o mais politizado do Brasil, compreendeu isso e deu todo o apoio. Não houve uma fábrica que fizesse uma greve por estar fabricando granadas ou material de guerra. Não houve nada disso. Houve batalhões operários.

L.L. – Quer dizer que a Revolução Constitucionalista conseguiu abranger vários setores.

G.F. – Conseguiu; e conseguiu empolgar todo o mundo. Era uma coisa incrível. Você via mulheres pobres tirando alianças e entregando. Houve uma emoção popular. Aqui no Brasil só vi uma emoção semelhante, no dia da declaração de guerra, quando todo o mundo queria participar. Eu sentia que todo o mundo estava a favor, a tal ponto que o próprio ditador caiu em si de repente e disse: “Eu estou perdendo terreno”. E já estava perdendo mesmo.

L.L. – Quer dizer que mesmo grupos com interesses específicos conseguem se unir.

G.F. – É; na Revolução de 32, você via padres, pastores protestantes e rabinos judeus, o diabo. Tinham batalhões de descendentes de italianos, batalhões de descendentes de alemães, batalhões comandados em alemão – era gente que vinha da Alemanha, e um sujeito que tinha sido capitão na Guerra foi comandar o negócio, e comandava em alemão.

L.L. – E as mulheres têm um papel...

G.F. – O Santos Dumont, que estava em Santos, aderiu à Revolução. Isso é coisa que pouca gente sabe, é uma coisa curiosa. Ele estava em Santos e assistiu a um avião paulista bombardear um cruzador que estava bloqueando o porto de Santos. Esse aviãozinho era pilotado por um filho do general João Gomes, que era contra nós, e por um filho do advogado Raul Machado. Os dois eram pilotos e foram bombardear o

navio. O navio assestou com a metralhadora, arrebentou com o avião e matou os dois. O Santos Dumont assistiu a isso de sua janela, escreveu uma carta a meu pai, dizendo que tinha assistido a isso, protestando contra o uso de aviões como arma de guerra e aderindo, dando apoio à Revolução de 32. Mas Santos Dumont ficou tão impressionado...

Ele vivia impressionado por ter inventado uma arma de guerra. Ele era um pouco transtornado, e ficou mais transtornado ainda quando viu um desastre que ocorreu em 1928 ou 29. Quando ele chegou aqui heroicamente de navio e os professores da Escola Politécnica tomaram um avião para rodar em volta do navio, o avião caiu dentro d'água e morreu todo o mundo, vários professores: o Moscoso, o Laboriau e vários outros. Ele ficou muito transtornado. Em 1932 ele ficou mais transtornado quando viu esse avião ser derrubado, escreveu essa carta e dez dias depois enforcou-se com a gravata, no banheiro. Botou uma gravata assim e se enforcou.

Essa carta estava no arquivo de meu pai e desapareceu. E eu sei quem a tirou. Foi a pessoa que escreveu uma biografia de Santos Dumont. Essa pessoa era amiga do papai, e papai disse a ela: “Eu tenho isso no meu arquivo. Você vai ver”. Essa pessoa era contra a Revolução de 32, e sumiu com a carta. Quando papai foi procurar, não encontrou mais. Foi o Gondim da Fonseca, que tem uma história do Santos Dumont. Ele esteve preso com meu pai lá na Casa de Correção e, graças a isso, conseguiu ver essa carta no arquivo de meu pai e deu sumiço a ela. Papai não percebeu. Como ele era pessoa de confiança, papai deixou ver.

R.A. – Esse bloqueio do porto de Santos trouxe alguns problemas durante a Revolução, para a venda de café, não é?

G.F. – Ah! Trouxe problemas fantásticos.

R.A. – E como era o contrabando de café?

G.F. – Não tinha; não havia contrabando. Como é que se podia fazer contrabando de café em São Paulo?

R.A. – Mas de nenhuma forma?

G.F. – Não; a Revolução durou três meses. E aí os próprios paulistas, quando viram que não podiam mais vender café, ficaram loucos e botaram água fria nisso tudo. Os interessados na venda do café, quando viram que o prejuízo era... Todo o mundo acreditava que a Revolução seria facílima, seria um passeio: não, não haveria bloqueio, não haveria perda de café, não haveria nada.

R.A. – E o senhor acha que o passo atrás do Flores da Cunha influiu muito?

G.F. – Influiu. De repente, em vez de São Paulo poder vir para cá com todas as tropas que tinha, o estado teve que botar pelo menos uns 10 mil homens lá em Itararé e na Zona Sul, para conter as tropas do Flores da Cunha comandadas pelo Valdomiro Lima.

R.A. – Seu pai conta no livro dele um episódio sobre compra de armas por parte do Flores.

L.L. – Um pouco antes, poucos dias antes da Revolução Constitucionalista. Inclusive, depois, o Flores foi acusado e teve que responder...

G.F. – Sim; houve um negócio de um tribunal de honra, umas besteiras assim. Mas confesso que não...

L.L. – Qual era a ligação de seu pai com o general Tasso Fragoso, que pediu demissão ao Estado-Maior, dizendo que jamais aceitaria jogar bombas num estado brasileiro?

G.F. – O Tasso Fragoso foi membro da Junta Revolucionária. Em 1930, meu pai era muito amigo dele. E era um homem de muito valor, inclusive um intelectual, um historiador. O livro dele, a história da Guerra do Paraguai, é um livro muito bem feito.

L.L. – Ele se negou a lutar contra São Paulo.

G.F. – Foi; quando veio a Revolução de São Paulo, ele achou que não cabia a ele tomar parte e então pediu demissão.

L.L. – Mas ele não tinha nenhuma ligação com seu pai?

G.F. – Não; não. Meu pai visitou-o para agradecer o livro que ele tinha mandado. O livro saiu logo depois de 30, *História da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Ele mandou para o meu pai, que foi agradecer.

L.L. – Mas ele não estava com seu pai?

G.F. – Não; meu pai estava até meio zangado com ele, porque, afinal de contas, ele era membro da Junta. Como também meu pai estava zangado com o Malan Dangoni, que também era amigo de meu pai.

L.L. – Mas o papel dessa Junta nunca ficou muito claro. Ela estava apoiando Getúlio ou não?

G.F. – A Junta queria evitar um choque sangrento e acreditava que chegaria a uma solução, e uma solução contra o vitorioso. O vitorioso nunca quer solução contra si, não é? Já o Machado de Assis dizia: “Ao vencedor, as batatas”. O vencedor não vai dar meia-vitória de presente aos vencidos. César sabia disso: “Ai dos vencidos”. [risos]

R.A. – Como é que seu pai encarou a candidatura pela UDN, mais tarde, uma vez que ele tinha uma posição muito rígida sobre a não-participação dos militares na política?

G.F. – Aí ele já não era nem mais militar; era um homem morto.

R.A. – Sim, mas todo o lado militar dele...

G.F. – Não; ele achou que devia continuar combatendo por uma constitucionalização. Então, quando o convidaram a integrar a chapa do partido da oposição ele aceitou e achou que devia ser essa a forma de ele...

R.A. – Quais foram as pessoas que mais influenciaram o seu pai a se candidatar?

G.F. – Não foi muito por influência, não. Ele foi mesmo um dos membros criadores da UDN. Ele reuniu gente e foi um dos criadores da UDN. Mas, se houve alguém mais próximo, foi o Otávio Mangabeira, que aliás chegou quando já estava a organização

feita. No dia em que o Mangabeira chegou do exílio, fez um comício em frente ao Municipal e depois foi jantar lá em casa. Mas aí já estava a organização feita.

Meu pai dizia: “Vamos fazer todo o possível para reconstitucionalizar o país, para dar uma constituição tão democrática quanto possível ao país”. Para isso ele aceitou um cargo eletivo e foi ser político, coisa para a qual ele não tinha nenhuma inclinação. E como ele notoriamente era um homem da oposição, pelo fato de ter estado na prisão, foi eleito e teve uma votação muito boa. Agora, a UDN nunca foi um partido majoritário no Rio de Janeiro. Então, quando acabou seu mandato de deputado e a UDN decidiu lançá-lo candidato a senador, aí todo o mundo já sabia que ele ia perder. A UDN não tinha eleitorado para fazer um senador.

R.A. – E ele, quando deputado, mantinha relações com o Exército?

G.F. – Mantinha, porque, dentro da Constituinte e, depois, dentro da Câmara, ele era o presidente da Comissão de Forças Armadas e era o vice-presidente da Comissão de Segurança Nacional. Aqueles deputados que também eram militares, todos eles eram eleitos para esses lugares, pois eram os que mais entendiam dessas coisas. Então, quase toda a legislação militar daquela época foi redigida, ou pelo menos corrigida, por ele; um monte de leis militares. Inclusive, seu papel depois foi muito engraçado: ele ficou contra uma porção de projetos demagógicos, os tais projetos que dão favores políticos aos militares. No fim, havia muitos militares irritados com ele. Era por negócio de promoções e não sei que vantagens disso e daquilo. Muita gente ficou irritada com ele, mas ele conseguiu dar uma certa... Ele propôs que ninguém fosse promovido a marechal, que era de um ridículo desgraçado. O Brasil tinha mais marechal do que todos os exércitos europeus juntos. Era uma coisa incrível!

R.A. – Ele lutou contra isso?

G.F. – Lutou contra isso e apresentou um projeto que foi tremendo, deu uma discussão danada. É claro que ele perdeu, pois era minoria. Era um projeto para extinguir a Polícia Especial. A Polícia Especial era o que é hoje o Cenimar; era a polícia da brutalidade, uma polícia organizada pouco antes do Estado Novo e recrutada entre remadores, atletas e não sei mais o quê. Eram a guarda pessoal do Getúlio, fardada, e funcionava no morro do Castelo, numa parte que desapareceu, na frente do Convento de Santo Antônio. Ali

havia um quartel. Funcionava ali, e era uma câmara de horrores. Quando a Polícia Especial aparecia era para... Era um bando de brutamontes.

Meu pai apresentou um projeto extinguindo a Polícia Especial e foi um escândalo. Isso foi logo depois de um comício na Cinelândia, um comício de estudantes e de comunistas. A Polícia Especial foi lá e baixou o cacete em cima de todo o mundo, foi gente presa para diabo. No dia seguinte, meu pai apresentou esse projeto. A onda que foi feita... Claro que era para perder.

R.A. – O senhor podia ainda nos falar um pouquinho sobre esse convívio de seu pai com os integralistas, em 38?

G.F. – Nunca houve esse convívio. O que houve foi que, depois de 32, havia uns integralistas que iam visitar meu pai, nesse trabalho de catequese. Meu pai achou-os sempre cacetes. Alguns eram muito engraçados, como o Mendes Fradique de Freitas, médico e humorista. Mas, fora do humorismo, não tinha graça nenhuma.

R.A. – E como é que eles tentavam fazer essa catequese?

G.F. – Eles diziam: “Coronel, esse é o nosso partido para salvar o Brasil do comunismo”, e coisas assim. Tinha o padre Assis Memória. Era uma porção de besteiras o que esse pessoal dizia. Quando meu pai foi preso, por ocasião do Estado Novo, o Fournier foi procurado também. Prenderam tudo quanto era... O Fournier era procurado, ligou-se ao Barbosa Lima Sobrinho e, sobretudo, a esse médico Belmiro Valverde, que era do grupo integralista que tinha ficado contra o Plínio Salgado – o Plínio Salgado, ao se declarar o Estado Novo, aderiu ao Getúlio e fez até uma parada.

R.A. – Era a ala dissidente.

G.F. – É; então, ofereceram ao Fournier – sujeito malandro para burro, completamente doido, inconseqüente em matéria de filosofia política e hidrófobo contra o Getúlio -, ofereceram a ele assaltar o Palácio Guanabara e prender o Getúlio. O Fournier topou. E tinha um pessoal da Marinha, também integralista, que dizia: “Ah! Nós da Marinha também vamos ajudar”. E organizaram esse negócio, fizeram o plano (papai já estava

preso) e mandaram o plano, escondido, para papai. Papai achou ótimo, e não era ótimo coisa nenhuma! Era uma aventura!

R.A. – Seu pai nunca foi acusado de integralista por causa disso?

G.F. – Não; ele foi é condenado. Ele, o Castro Júnior e vários outros foram acusados de conspirar, inclusive o Pantaleão Pessoa, que hoje está velho, com noventa e tantos anos. Ele é sogro desse embaixador Heitor Fragoso.

Houve uma época, logo ao lançar-se o integralismo, em que ninguém sabia o que era e nem em que ia dar o integralismo. Parecia mais um clube, como o Clube 3 de Outubro ou com a Liga da Defesa Nacional. Muita gente, não acreditando nos políticos e em desespero com a ditadura, muita gente aceitou. Na minha geração, era impressionante o número de escritores depois ilustres que estiveram no integralismo; depois saíram. Álvaro Lins, José Lins do Rego, Valdemar Cavalcanti; uma coisa impressionante.

Agora, no Exército, o negócio marcou mais. Esses tenentzinhos ficaram empolgados com o integralismo e mesmo depois continuaram com idéias integralistas. Muitos deles são hoje generais e, por isso, por causa do integralismo, estão pensando o que não devem. Uma coisa terrível. E outros, os mais habilidosos, eram sujeitos apenas inteligentes e ambiciosos, que queriam ter uma participação no poder público e, até mesmo generosamente, queriam contribuir para alguma coisa que achavam que deviam fazer. Então aderiam ao integralismo, porque era o que estava mais próximo do poder. Eles se infiltravam e eram excelentes oficiais de gabinete, sujeitos que sabiam redigir coisas. Eram o San Thiago Dantas, o padre Arruda Câmara, o Jeová Mota. Muitos, depois, quando viram que não era mais possível chegar ao poder pelo integralismo, vieram para o outro lado e passaram a ser de esquerda. O Martins Moreira vira para esquerda, o nosso dom Hélder Câmara vira para a esquerda, o Jeová Mota, e aquele professor de grego, coitado, o Álvaro Moreira. Não é o Álvaro Moreira escritor. É um outro que escreveu uma tese sobre o conceito de energia em Platão, uma tese enorme. Está aí, coitado, exilado. Fui visitá-lo. Esse coitado foi integralista na hora errada e foi comunista na hora errada; apanhou sempre. [risos]

Parece que o problema é que o sujeito tem uma vocação, um espírito bom, mas não sabe como chegar lá e faz qualquer negócio. Sobretudo num país onde as disputas políticas não são em praça pública, não são eleitorais. (Desgraçadamente, de 1930, ou

mesmo antes disso, até agora, cá para nós, nunca tivemos uma democracia mesmo.) E o homem que tem vocação eleitoral, vocação de tribuno, homem público, de repente desaparece da circulação – ou é desaparecido da circulação, não? Ele é demitido, ele é cassado, ele é enxotado. Então, o que acontece? Só vence quem tem capacidade de ficar em sala de espera, de agradar, de abrir porta, de redigir discursos.

Eu acho, por exemplo, que a minha geração – uma geração que não viu eleições quase, que não teve o treino do comício, do debate de idéias, não teve o calor da democracia atuante -, a minha geração só foi uma geração de assessores. Eram sujeitos muito bons para redigir decretos ou discursos para outros, e excelentes oficiais de gabinete, excelentes ministros para bem servir. Mas, que tivessem a coragem de ser contra, da minha geração eu só vi dois. E o gozado é que os dois são pólos opostos, completamente diferentes. Não discuto como eles são agora, mas foram os dois que tiveram a coragem de não ser assessores: Carlos Lacerda e Jorge Amado. Que coisa engraçada! Pelo menos tiveram essa coragem. O Carlos Lacerda era de bater e baterem nele, de lutar, de ir para o comício. O Jorge Amado, a mesma coisa: apanhar, ser preso e, pasme, continuar escrevendo os seus romances. Um era escritor mesmo; o outro era jornalista e político mesmo. Os outros, não.

Minha geração se acomodou muito; não foi uma grande geração. Se você fizer uma lista de meus colegas de turma, você ficará impressionada com os nomes batutas que estão lá dentro. Você vê: ministros, têm uma porção, desde o Vítor Nunes Leal ao Luís Gonzaga do Nascimento Silva; e desembargadores, têm uma porção; grandes advogados, homens de sucesso na indústria, no comércio, na diplomacia, vários embaixadores. Mas, se você examinar (não estou falando mal de ninguém), eles foram mesmo é muito bons assessores e souberam muito bem trabalhar com um ministro, se situar num bom plano. Nenhum deles teve coragem de virar a mesa e dizer: “Não; não quero mais nada. Vamos começar tudo outra vez”, porque não têm treino. Nós não tivemos o treino da democracia. Por isso é que fica essa coisa assim como está, porque ninguém tem treino. Quando alguém começa a treinar um pouco, leva uma pancada na cabeça e vai para casa. [risos] É horrível isso. Você examine que coisa curiosa: nós fizemos... quantos anos fez a Revolução? Doze anos, não é? Desde 64 até hoje... São 12, não são?

R.A. – Não, acho que são 13.

G.F. – Examine o elenco da Revolução: são todos uns homens de mais de 60, 70 anos, dizendo as mesmas coisas que eu ouvia em 1930 ou 35. É impressionante. Parece assim que a gente está com...

[FINAL DO DEPOIMENTO]

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

AMADO, Genolino – 38
 AMADO, Jorge – 51
 ANDRADE, Mário Raul de Morais – 23; 37
 ANDRADE Neves (família) - 1
 ARANHA, Osvaldo Euclides de Souza – 3; 5
 ASSIS, Joaquim Maria Machado de – 47
 ATAÍDE, Austregésilo de – 33

B

BARATA Ribeiro, Agildo – 22; 23; 42
 BARBOSA de Oliveira, Rui – 2
 BARRETO, Barros – 30
 BARROS, Ademar Pereira de – 18; 25; 26
 BARROS, João Alberto Lins e – 5
 BARROS, Rego (coronel) – 32
 BASTOS, Alberto de Lemos – 30
 BAUDELAIRE, Charles – 37
 BENÁRIO, Olga – 15
 BERGER, Harry – 15
 BERNARDES, Artur da Silva – 10
 BILAC, Olavo Brás Martins dos Guimarães – 2
 BÓIA, Chico – 7
 BORBA, Osório – 33; 38
 BORGES, Ivo – 13; 17
 BRAGA, Antônio Pereira – 30
 BRITO, Lemos de – 31; 32

C

CÂMARA, Arruda (padre) – 50
 CÂMARA, Helder Pessoa – 50
 CÂNDIDO, Antônio – 27
 CANECA (diretor da Casa de Correção) – 22; 23
 CARVALHO, Herculano de – 14
 CARVALHO, Fernando Setembrino de – 3; 35
 CASTRO, José Fernandes Leite de – 6
 CASTRO, Moacir Werneck de – 38
 CASTRO JÚNIOR – 50
 CAVALCANTI, Valdemar – 50
 CAXIAS (duque de) – *ver* SILVA, Luís Alves de Lima e – 1
 CÉSAR, Caio Júlio – 47
 CHAGAS (policia) – 16
 CHATEAUBRIAND Bandeira de Melo, Francisco de Assis – 33
 CHOPIN, Frédéric – 36
 CIRO (coronel) – 24

COLLOR, Lindolfo Leopoldo Boeckel – 17; 24; 25
COSTA, Benjamin Ribeiro da – 6; 17; 18
COSTA, Canrobert Pereira da – 26; 41
COSTA, Miguel – 7; 41
COSTA, Ribeiro da (tenente) – 6; 18
COSTA NETO, Luís Carlos da – 30; 32
CRUZ, Osvaldo Gonçalves – 2

D

DANGONI, Malan – 47
DANTAS, Francisco Clementino de San Thiago – 50
DARÉ, João – 6; 29
DENIS, Odílio – 2
DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro – 9; 17; 26; 27
DUTRA, Eurico Gaspar – 10; 11; 26; 32; 33; 34; 38

F

FARIA, Otávio de – 38
FEITIÇO (jogador de futebol) – 24
FERREIRA, Manuel – 13
FERREIRA, Rute – 13
FIGUEIREDO (família) – 1
FIGUEIREDO Moreira (família) – 1
FIGUEIREDO Oliveira (família) – 1
FIGUEIREDO, Diogo – 31
FIGUEIREDO, Euclides – 28; 31
FIGUEIREDO, Euclides de Oliveira – 5; 8; 15; 29; 32; 38
FIGUEIREDO, Luís Carlos – 23
FONSECA, Alencourt – 15
FONSECA, Gondim da – 45
FONSECA, Hermes Rodrigues da – 2
FONTOURA, João Neves da – 1; 3; 17; 24
FORTUNATO, Gregório – 34
FOURNIER, Severo – 29; 30; 49
FRAGOSO, Heitor – 50
FRAGOSO, Tasso – 46
FRANCO, Otelo – 11
FREIRE, Gilberto de Melo – 34
FREITAS, Mendes Fradique de – 49

G

GAMA, Luís Felipe Saldanha da – 9
GÓIS FILHO, Coriolano de Araújo – 10; 18
GOMES, João – 44
GUIMARÃES, Alencastro – 33

J

JOÃO Alberto – *ver* BARROS, João Alberto Lins e – 9; 15

K

Klinger, Bertoldo – 2; 11; 14; 19; 35

L

LABORIAU (professor) – 45
 LACERDA, Carlos Frederico Werneck de – 38; 51
 LEAL, Vítor Nunes – 51
 LEAL, Zeno Estilac – 32
 LEITE, Aureliano – 9
 LEITE, Barreto – 33; 38
 LEITE, Otávio Dias – 38
 LÊNIN, Wladimir Ilitch Ulianov, *dito* - 16
 LEOPOLDO (tio de Guilherme Figueiredo) – 7; 8
 LIMA, Granville Belerofonte de – 16; 20
 LIMA, Valdomiro Castilho de – 46
 LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa – 29; 49
 LINS, Álvaro – 50
 LOBO, Alba – 6; 21
 LOBO, José – 6; 17
 LOBO, Paulo – 21
 LOPES, Isidoro Dias - 36
 LUZARDO, João Batista – 17; 24

M

MACHADO, Raul – 44
 MAGALHÃES, Juraci Montenegro – 22; 42; 43
 MANGABEIRA, Otávio – 29; 47; 48
 MARTINS, Wilson – 27
 MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de – 2; 3
 MEDEIROS, Luís Antônio de – 2
 MEMÓRIA, Assis (padre) – 49
 MENEZES, Amílcar Dutra de – 38
 MENEZES, Benedito Dutra de -38
 MESQUITA FILHO, Júlio de – 9; 18; 26; 27
 MILLIET, Sérgio – 27
 MIRANDA, Murilo – 38
 MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis – 5; 10; 11; 14; 38; 39; 40; 41; 43
 MONTELO, Josué – 27
 MORAIS NETO, Prudente de – 38
 MORATO, Francisco Antônio de Almeida – 43
 MOREIRA, Álvaro – 51
 MOREIRA, Martins – 50
 MOREIRA, Roberto dos Santos – 10
 MOSCOSO (professor) – 45

MOTA, Jeová – 50
MÜLLER, Filinto Strubbling – 15; 18; 38

N

NAVA, Pedro da Silva – 38
NOBRE, Ibraim – 24
NÓBREGA, Arci da Rocha – 12

O

OLIVEIRA, Armando de Sales – 20

P

PAIVA (tenente) – 7
PEDREIRA, Bulhões – 30
PEDROSO, Raul – 21
PEIXOTO, Floriano Vieira – 42
PESSOA, Pantaleão – 50
PETRÔNIO – 37
PINTO, Edmundo da Luz – 38
PINTO, Heráclito Fontoura Sobral – 30
PLEKHANOV, Gheorghii Valentinovitch – 16
POMPEU, Válter – 20; 21
PRESTES, Luís Carlos – 15; 22; 23; 42
PRESTES de Albuquerque, Júlio – 5; 6

Q

QUEIRÓS, Rachel de – 38

R

RAMOS, Nereu de Oliveira – 26
RANGEL, Lúcio – 38
REGO, José Lins do – 50
REINALDO, *dito* Major – 15
RESENDE, Palimércio de – 7; 10; 17; 18; 24; 28; 35; 36; 37; 38
RIBEIRO, Orlando Leite – 23
RIPOL, Lila – 24
RIPOL, Valdemar – 24
RITTER – 27
ROLEMBERG (membro do PCB) – 21

S

SALGADO, Marcondes – 12
SALGADO, Plínio – 29; 49
SANTOS-DUMONT, Alberto – 44; 45

SILVA, Hélio – 17; 18
SILVA, Luís Alves de Lima e – 1
SILVA, Luís Gonzaga Nascimento – 51
SILVEIRA, Joel – 34
SODRÉ, Roberto Costa de Abreu – 26
SOUZA, Agnelo de – 40; 41
SOUTO, Israel – 28
STENDHAL, Henri Beyle, *dito* – 16

T

TABORDA, Basílio – 17; 25
TOURINHO (família) – 21
TOURINHO, Antônio Bento Monteiro – 21; 22
TOURINHO, Diógenes – 21
TROMPOVSKI (coronel) – 35

V

VALÉRY, Paul – 36
VALVERDE, Belmiro de Lima – 29; 49
VARGAS, Getúlio Dorneles – 4; 5; 6; 7; 9; 10; 11; 14; 18; 19; 20; 23; 29; 30; 33; 34;
47; 48; 49; 50
VASCONCELOS, Genseric de – 2
VERÍSSIMO, Érico – 27
VERNE, Júlio – 37
VIRGULINO, Himalaia - 30